

Prospecto de Distribuição Pública das Cotas da Primeira Emissão do

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES VITÓRIA SHOPPINGS

CNPJ/MF nº 09.643.383/0001-90

Distribuição pública de até 8.000 cotas de uma única classe, nominativas e escriturais, da primeira emissão (“Distribuição Pública” e “Cotas”, respectivamente) do Fundo de Investimento em Participações Vitória Shoppings (“Fundo”), perfazendo o montante total de até:

R\$ 800.000.000,00

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 391, de 16 de julho de 2003, tem por objetivo obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou de outros títulos e valores mobiliários de emissão de uma ou mais companhias abertas ou fechadas, que atuem no segmento imobiliário comercial e que tenham por objetivo principal, direta ou indiretamente, o desenvolvimento de atividades relacionadas à administração ou exploração de shopping centers, bem como à aquisição ou locação de terrenos para a construção dos respectivos shopping centers e negociação de suas unidades/lojas.

As Cotas serão objeto de distribuição pública, coordenada pelo Banco BVA S.A., instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 19º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.254.138/0001-03 (“Distribuidor”), exclusivamente no mercado brasileiro, no Sistema de Fundos Fechados - SFF, administrado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP. A Distribuição Pública é composta por 8.000 Cotas com preço unitário de emissão de R\$ 100.000,00 (o “Preço de Emissão”), totalizando o montante equivalente a R\$ 800.000.000,00.

O Fundo foi constituído e a Distribuição Pública foi aprovada por ato da BEM DTVM Ltda., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00, na qualidade de administrador do Fundo de Investimento em Participações Vitória Shoppings (“Administrador”), em 12 de junho de 2008, e o regulamento foi arquivado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco, Estado de São Paulo, em 17 de junho de 2008, sob o nº 220.517. A 3ª alteração do regulamento foi registrada em 27 de fevereiro de 2009 sob o nº 227.682 (“Regulamento”).

A presente Distribuição Pública foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFP/2008//046 em 25 de Agosto de 2008.

O público alvo da Distribuição Pública é constituído exclusivamente por investidores qualificados, conforme definição do art. 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. O Fundo não conta com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito - FGC. **Os investidores devem ler a seção de “Fatores de Riscos” deste Prospecto. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.**

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às seções relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e composição da Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito.

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado como recomendação de compra de Cotas. O investimento no Fundo apresenta riscos para o investidor. Ao decidir por adquirir as Cotas, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação dos riscos decorrentes do investimento.

Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de compromisso de investimento no Fundo, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira, das taxas de administração e performance devidas ao Administrador e ao Gestor, bem como a remuneração do Custodiante, da qualificação e da experiência profissional do corpo técnico do Administrador e do Gestor, das despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o investidor tenha que arcar, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial da Carteira, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente títulos e valores mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão. Tais estratégias de derivativos, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os Cotistas do Fundo.

“A autorização para o funcionamento do Fundo e/ou negociação das Cotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador, do Gestor e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo”.

ADMINISTRADOR

GESTOR

DISTRIBUIDOR

BEM DTVM LTDA.
(Uma Empresa do Grupo Bradesco)

VITÓRIA  ASSET MANAGEMENT

BVA
Banco BVA S.A.

CUSTODIANTE

ASSESSORES LEGAIS



BARBOSA, MÜSSNICH & ARAGÃO
ADVOGADOS

A data deste Prospecto é 27 de fevereiro de 2009.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	5
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS.....	8
SUMÁRIO	9
SUMÁRIO DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA	11
CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA.....	13
<i>Características da Distribuição Pública.....</i>	<i>13</i>
<i>Cronograma da Distribuição Pública</i>	<i>15</i>
<i>Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Distribuição Pública.....</i>	<i>15</i>
<i>Suspensão e Cancelamento da Distribuição Pública</i>	<i>16</i>
<i>Negociação de Cotas.....</i>	<i>16</i>
<i>Custos de Distribuição.....</i>	<i>16</i>
<i>Características do Contrato de Distribuição.....</i>	<i>17</i>
<i>Informações Adicionais.....</i>	<i>17</i>
IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO E OUTROS.....	18
<i>Outros Serviços.....</i>	<i>19</i>
<i>Descrição dos Principais Prestadores de Serviços do Fundo.....</i>	<i>19</i>
REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E OUTROS ENCARGOS.....	22
<i>Remuneração dos Prestadores de Serviços do Fundo.....</i>	<i>22</i>
<i>Outros Encargos do Fundo.....</i>	<i>23</i>
FATORES DE RISCO.....	24
<i>Riscos Relacionados às Companhias Investidas</i>	<i>24</i>
<i>Riscos Relacionados à Liquidez.....</i>	<i>26</i>
<i>Riscos de Mercado</i>	<i>27</i>
<i>Outros Riscos</i>	<i>28</i>
O SETOR DE SHOPPING CENTERS NO BRASIL	29
<i>Visão Geral do Setor.....</i>	<i>29</i>
<i>Principais Players</i>	<i>29</i>
<i>Cenário Atual</i>	<i>30</i>
PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO.....	31
<i>Informações Gerais sobre o Fundo</i>	<i>31</i>
<i>Prestadores de Serviços</i>	<i>32</i>
<i>Objetivo e Investimentos do Fundo.....</i>	<i>32</i>
<i>Situações de Conflitos de Interesses</i>	<i>33</i>
<i>Cotas, Negociação e Transferência</i>	<i>34</i>
<i>Amortização e Resgate de Cotas.....</i>	<i>35</i>
<i>Liquidação do Fundo</i>	<i>35</i>
<i>Exercício Social, Demonstrações Contábeis e Metodologia para Avaliação dos Ativos.....</i>	<i>36</i>
<i>Divulgação de Informações.....</i>	<i>36</i>
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	38
<i>Prestadores de Serviços de Administração e Gestão do Fundo</i>	<i>38</i>
<i>Mandato.....</i>	<i>38</i>
<i>Obrigações do Administrador e do Gestor.....</i>	<i>38</i>

<i>Vedações ao Administrador e ao Gestor.....</i>	<i>40</i>
<i>Substituição do Administrador ou do Gestor.....</i>	<i>40</i>
COMITÊ DE INVESTIMENTOS.....	41
<i>Introdução</i>	<i>41</i>
<i>Composição.....</i>	<i>41</i>
<i>Mandato.....</i>	<i>41</i>
<i>Funções.....</i>	<i>41</i>
<i>Reuniões.....</i>	<i>42</i>
ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS.....	43
<i>Periodicidade</i>	<i>43</i>
<i>Convocação e Instalação.....</i>	<i>43</i>
<i>Competência</i>	<i>44</i>
<i>Quorum de Deliberação</i>	<i>45</i>
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO	46
<i>Tributação Aplicável aos Cotistas</i>	<i>46</i>
<i>Tributação Aplicável ao Fundo.....</i>	<i>47</i>
ANEXO I – ATO DO ADMINISTRADOR DE 12 DE JUNHO DE 2008, APROVANDO A CONSTITUIÇÃO DO FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE COTAS	48
ANEXO II - REGULAMENTO DO FUNDO.....	50
ANEXO III - MODELO DO COMPROMISSO DE INVESTIMENTO	74
ANEXO IV - MODELO DO BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO.....	82
ANEXO V – DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	86

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo terão os significados a eles a seguir atribuídos:

Administrador	BEM DTVM Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00, credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteira por meio do Ato Declaratório nº 3.067, de 06 de setembro de 1994.
ABL Adicional	Área Bruta Locável Adicional.
ABRASCE	Associação Brasileira de Shopping Centers.
ACNielsen	A.C. Nielsen do Brasil S.A., companhia líder mundial em pesquisas de mercado, pertencente ao The Nielsen Company.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento de Distribuição Pública da Emissão de Cotas do Fundo.
Anúncio de Início	Anúncio de Início de Distribuição Pública da Emissão de Cotas do Fundo.
Assembléia Geral de Cotistas ou Assembléia Geral	Assembléia Geral de Cotistas do Fundo.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes.
Boletim de Subscrição	Boletim de subscrição de Cotas por ocasião de qualquer subscrição de Cotas.
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Capital Comprometido	Valor comprometido de cada cotista em relação ao Fundo, previsto no Boletim de Subscrição e, conforme o caso, no Compromisso de Investimento.
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Comitê de Investimentos	Comitê formado por até 7 membros, para realização das atividades previstas no Regulamento.
Companhias Investidas	Companhias abertas ou fechadas que atuem no segmento imobiliário comercial e que tenham por objetivo principal, direta ou indiretamente, o desenvolvimento de atividades relacionadas à administração ou exploração de shopping centers, bem como à aquisição ou locação de terrenos para a construção dos respectivos shopping centers e negociação de suas unidades/lojas.
Compromisso de Investimento	Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, a ser assinado pelo Cotista ao ingressar no Fundo e por ocasião de qualquer subscrição de Cotas.

Contrato de Distribuição	O Contrato de Coordenação em Regime de Melhores Esforços de Subscrição e Colocação de Cotas de Emissão do Fundo, celebrado entre o Fundo e o Distribuidor em 24 de julho de 2008.
Cota ou Cotas	Cota ou cotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo.
Cotista ou Cotistas	Investidor ou investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409, que invistam no Fundo.
Custodiante ou Bradesco	Banco Bradesco S.A., com sede na Avenida Yara, s/nº, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Distribuição Pública	A presente oferta pública de distribuição da emissão de Cotas do Fundo.
Distribuidor	Banco BVA S.A., com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 19º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 32.254.138/0001-03, na qualidade de distribuidor do Fundo.
FIP	Fundo de Investimento em Participações, regulado pela Instrução CVM 391.
Fundo	Fundo de Investimento em Participações Vitória Shoppings.
Gestor	Vitória Asset Management S.A., sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 1901 e 1902 - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.330.895/0001-83, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório CVM nº 9.233, de 27 de março de 2007.
Instrução CVM 391	Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.
Instrução CVM 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004.
Investidor Qualificado	Investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409.
Lojas-Âncora	Grandes lojas conhecidas do público, com características estruturais e mercadológicas especiais, que funcionam como força de atração de consumidores, assegurando permanente afluência e trânsito uniforme destes em todas as áreas de um shopping center.
Lojas-Satélite	Pequenas lojas, sem características estruturais e mercadológicas especiais, localizadas no entorno das Lojas-Âncora e destinadas ao comércio em geral.
Patrimônio Inicial Mínimo	O patrimônio inicial mínimo para funcionamento do Fundo é de R\$ 300.000.000,00.
Período de Desinvestimento	Período de 4 anos seguintes ao Período de Investimento, no qual os investimentos deverão ser liquidados de forma ordenada e o produto resultante será utilizado para amortização das Cotas, observadas, para tanto, as disposições aplicáveis previstas no Regulamento. Mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, o Período de Desinvestimento poderá ser estendido por períodos sucessivos de 1 ano.

Período de Distribuição	Prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a subscrição e integralização das cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo, contado da respectiva data de publicação do Anúncio de Início da Distribuição Pública, prorrogável por 180 (cento e oitenta) dias mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas ou, se não houver Cotistas, mediante deliberação do Administrador.
Período de Investimento	Período de 6 anos, contados do início do Prazo de Duração, no qual serão realizados os investimentos do Fundo, respeitados os limites de composição e diversificação de investimentos previstos no Regulamento. Mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, o Período de Investimento poderá ser estendido por períodos sucessivos de 1 ano.
Prazo de Duração	Período de 10 anos, contado da data da integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo.
Preço de Emissão	R\$ 100.000,00 por Cota.
Prospecto	Este Prospecto de Distribuição Pública de Emissão de Cotas do Fundo, datado de 27 de agosto de 2008.
Real	A moeda corrente no Brasil.
Regulamento	Regulamento do Fundo, consolidado por ato do Administrador em 18 de julho de 2008, registrado no Cartório do 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo. A 2ª alteração do Regulamento foi registrada em 11 de agosto de 2008 sob o nº 222.025.
Rendimentos	Dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, juros e quaisquer outros rendimentos inerentes às ações ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas detidas pelo Fundo, que venham a ser distribuídos pelas Companhias Investidas.
Resolução CMN 2.689	Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações posteriores.
SFF	Sistema de fundos fechados, administrado pela CETIP.
Taxa de Administração	Remuneração devida pelo Fundo ao Administrador e ao Gestor, observadas as condições previstas no Regulamento e neste Prospecto na seção “Remuneração dos Prestadores de Serviços e Outros Encargos”.
Taxa de Performance	Remuneração devida pelo Fundo ao Gestor sobre os ganhos distribuídos pelo Fundo, observadas as condições previstas no Regulamento e neste Prospecto na seção “Remuneração dos Prestadores de Serviços e Outros Encargos”.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS

Este Prospecto inclui estimativas e declarações futuras, principalmente nas Seções “Fatores de Risco” e “O Setor de Shopping Centers no Brasil”.

As palavras “acredita”, “antecipa”, “continua”, “entende”, “espera”, “estima”, “pode”, “poderá”, “pretende” e palavras similares têm por objetivo identificar declarações prospectivas. As estimativas e declarações futuras foram baseadas, em grande parte, nas expectativas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou poderão afetar os negócios objetivados pelo Fundo. Muitos fatores importantes, além daqueles já discutidos em outras seções do Prospecto, poderiam fazer com que os resultados do Fundo fossem substancialmente afetados, incluindo, entre outros:

- a condução dos negócios exercidos pelas Companhias Investidas;
- alterações nos preços do mercado imobiliário e na demanda, preferências e situação financeira de clientes das Companhias Investidas;
- taxas de inflação e flutuações nas taxas de juros;
- a regulação existente, bem como a futura;
- a habilidade do Gestor de implementar com sucesso a política de investimento do Fundo;
- fatores demográficos e disponibilidade de renda;
- alterações em políticas fiscais e na legislação tributária relacionadas aos ativos integrantes da Carteira, bem como aos fundos de investimento em participações;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil; e
- os fatores de risco apresentados na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que o Administrador não assume a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas informações prospectivas em razão da ocorrência de novas informações ou eventos futuros. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, as informações prospectivas constantes neste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros do Fundo podem diferir substancialmente daqueles previstos em tais estimativas em razão de inúmeros fatores. Nenhuma dessas estimativas e declarações futuras consiste em garantia de um desempenho futuro e cada uma dessas informações prospectivas envolve riscos e incertezas. Face a estas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento com base nas estimativas, projeções e declarações futuras contidas neste Prospecto.

SUMÁRIO

Fundo	Fundo de Investimento em Participações Vitória Shoppings.
CNPJ	09.643.383/0001-90.
Tipo	Condomínio Fechado.
Administrador	BEM DTVM Ltda.
Gestor	Vitória Asset Management S.A.
Custodiante	Banco Bradesco S.A.
Regulação	Instrução CVM 391.
Código do Fundo na CVM	196-1.
Registro do Fundo na CVM	15 de agosto de 2008
Objetivo do Fundo	<p>O objetivo do Fundo é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de companhias, abertas ou fechadas, que atuem no segmento imobiliário comercial e que tenham por objetivo principal, direta ou indiretamente, o desenvolvimento de atividades relacionadas à administração ou exploração de shopping centers, bem como à aquisição ou locação de terrenos para a construção dos respectivos shopping centers e negociação de suas unidades/lojas, participando do processo decisório, com efetiva influência na definição de sua política estratégica.</p>
Prazo de Duração	<p>O Fundo tem prazo de duração de 10 anos, contado da data de integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo, sendo os 6 primeiros anos destinados ao Período de Investimento e os 4 anos seguintes ao Período de Desinvestimento.</p>
Classes de Cotas	Haverá apenas 1 classe de Cotas, atribuindo iguais direitos aos seus titulares.
Número de Cotas a serem emitidas	O Fundo emitirá e distribuirá até 8.000 Cotas.
Preço de Distribuição	Serão emitidas e distribuídas Cotas com preço de emissão de R\$ 100.000,00 por Cota.
Forma de Colocação das Cotas	As Cotas serão distribuídas ao público pelo Distribuidor, por meio do regime de melhores esforços.
Público Alvo	O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409, que busquem retorno de rentabilidade, no longo prazo, condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas.
Valor Mínimo de Aplicação no Fundo	R\$ 1.000.000,00.
Patrimônio Inicial Mínimo	O Patrimônio Inicial Mínimo para funcionamento do Fundo é de R\$ 300.000.000,00.

Negociação das Cotas

As Cotas do Fundo objeto da Distribuição Pública serão registradas para negociação no SFF. As Cotas do Fundo poderão ser transferidas mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário e registrado em ofício de títulos e documentos, ou em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, quando houver sido objeto de distribuição pública, observadas as demais condições previstas no Regulamento, no Prospecto e os demais requisitos aplicáveis conforme regulamentação da CVM. As Cotas do Fundo somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, solidariamente com o cedente, todas as obrigações deste perante o Fundo no tocante à sua integralização.

Fica limitado o número mínimo de Cotas a serem adquiridas ou negociadas a 1 Cota, de modo que cada Cotista adquira ou negocie ao menos 1 Cota, sendo vedada a aquisição ou negociação exclusiva de partes fracionárias.

Encargos do Fundo

As despesas e encargos previstos no Regulamento, bem como a Taxa de Administração e a Taxa de Performance, serão suportados pelo Fundo.

Informações sobre o Fundo

As informações relativas ao Fundo serão divulgadas diretamente aos Cotistas, alternativamente, mediante anúncio publicado em jornal de grande circulação, correspondência com aviso de recebimento, telegrama com comunicação de entrega, fax ou correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação eficaz.

Taxa de Ingresso

Não há.

Taxa de Saída

Não há.

Informações Complementares

Quaisquer informações complementares sobre o Fundo e a Distribuição Pública poderão ser obtidas (i) com o Administrador, com o Gestor ou com o Distribuidor, nos endereços e sites constantes da seção “Identificação de Prestadores de Serviços do Fundo e Outros” deste Prospecto, (ii) com a CVM, na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Rio de Janeiro, RJ, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo, SP (www.cvm.gov.br) ou (iii) no site da CETIP (www.cetip.com.br). As informações constantes do *website* do Administrador, do Gestor e do Distribuidor não são parte integrante e nem se encontram incorporadas por referência a este Prospecto.

Declarações

As declarações do Administrador e, do Distribuidor, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto.

SUMÁRIO DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA

Aprovação da Distribuição Pública	A Distribuição Pública foi aprovada por ato do Administrador em 12 de junho de 2008.
Quantidade de Cotas Ofertadas	Serão ofertadas até 8.000 Cotas.
Preço de Emissão das Cotas	No âmbito da Distribuição Pública, as Cotas serão emitidas com preço de emissão de R\$ 100.000,00 por Cota.
Montante Total da Distribuição Pública	R\$ 800.000.000,00.
Público Alvo	Investidores Qualificados.
Valor Mínimo de Subscrição	R\$ 1.000.000,00.
Procedimento da Distribuição	Após a concessão do registro da Distribuição Pública, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto, o Distribuidor acessará investidores, os quais formalizarão seu interesse em participar da Distribuição Pública, por meio da assinatura do Compromisso de Investimento. Os pedidos serão atendidos por ordem cronológica, inexistindo reservas antecipadas, lotes máximos ou mínimos. A subscrição e integralização das Cotas deverão obedecer ao disposto no Regulamento, no presente Prospecto e na regulação aplicável. A conclusão da Distribuição Pública será informada ao mercado por meio de Anúncio de Encerramento, publicado no jornal Valor Econômico.
Regime de Colocação	Os serviços de distribuição das Cotas serão executados pelo Distribuidor, instituição legalmente habilitada para executar tais serviços, no regime de melhores esforços.
Subscrição e Integralização das Cotas	A subscrição e integralização das Cotas do Fundo ocorrerão de acordo com as condições estabelecidas no Boletim de Subscrição, conforme o caso, no Compromisso de Investimento e neste Prospecto.
Forma de Pagamento	A integralização das Cotas poderá ser realizada em dinheiro ou cheque, ou por meio de transferência eletrônica disponível (TED) ou documento de ordem de crédito (DOC), mediante depósito em conta corrente em nome do Fundo, bem como mediante liquidação na CETIP.
Prazo da Distribuição Pública	A subscrição das Cotas objeto da Distribuição Pública ocorrerá no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do Anúncio de Início da Distribuição Pública, prorrogável por 180 (cento e oitenta) dias mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas ou, se não houver Cotistas, mediante deliberação do Administrador.
Custos da Distribuição	Os custos relativos à Distribuição Pública serão de responsabilidade do Administrador.

Informações Complementares

Quaisquer informações complementares sobre o Fundo e a Distribuição Pública poderão ser obtidas (i) com o Administrador, com o Gestor ou com o Distribuidor, nos endereços e *sites* constantes da seção “Identificação de Prestadores de Serviços do Fundo e Outros” deste Prospecto, (ii) com a CVM, na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Rio de Janeiro, RJ, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo, SP (www.cvm.gov.br) ou (iii) no site da CETIP (www.cetip.com.br). As informações constantes do *website* do Administrador, do Gestor e do Distribuidor não são parte integrante e nem se encontram incorporadas por referência a este Prospecto.

CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA

Características da Distribuição Pública

Distribuição Pública e Público Alvo

As Cotas serão objeto de Distribuição Pública exclusivamente no Brasil, em mercado de balcão não organizado. A Distribuição Pública será conduzida pelo Distribuidor, sob o regime de melhores esforços.

O público-alvo da Distribuição Pública é, exclusivamente, Investidores Qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409, que subscrevam, no mínimo, R\$ 1.000.000,00.

A Distribuição Pública é restrita aos Investidores Qualificados, sendo que a presente Distribuição Pública não é adequada a investidores avessos ao risco inerente a investimentos em renda variável ou investidores que necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pouco frequentes ou até mesmo inexistentes as negociações das Cotas no mercado secundário. Como todo e qualquer investimento em renda variável, a subscrição ou aquisição das Cotas apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Para maiores informações sobre os riscos envolvidos, veja a seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

Quantidade, Espécie e Valor das Cotas

No âmbito da Distribuição Pública, serão emitidas até 8.000 Cotas, todas nominativas e escriturais, correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo.

O preço de emissão inicial das Cotas foi fixado em R\$ 100.000.000 por Cota, totalizando a Distribuição Pública no valor de R\$ 800.000.000,00.

Direitos, Vantagens e Restrições das Cotas

Às Cotas serão atribuídos direitos políticos idênticos, inclusive (i) o direito de participar das Assembléias Gerais de Cotistas e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às Cotas; e (ii) o direito de receber integralmente todos os recursos que venham a ser distribuídos pelo Fundo a título de amortização de Cotas e/ou as quantias atribuídas pelas Companhias Investidas ao Fundo, a título de Rendimentos, nos termos do Regulamento.

Aprovação da Distribuição Pública

A Distribuição Pública foi aprovada por ato do Administrador em 12 de junho de 2008.

Registro da Distribuição Pública das Cotas

A Distribuição Pública foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFP/2008/046, em 25 de agosto de 2008.

Procedimentos para a Subscrição e Integralização das Cotas

Ao ingressar no Fundo e por ocasião de qualquer subscrição de Cotas, o subscritor assinará o Compromisso de Investimento, constituindo sua expressa ciência e concordância com todos os termos e condições do Regulamento.

O Compromisso de Investimento deverá estabelecer, além das disposições referentes ao valor comprometido do Cotista em relação ao Fundo, a previsão expressa de que o Administrador poderá, observado o disposto no Regulamento, realizar chamadas de capital, às quais o investidor estará obrigado a honrar, de acordo com as regras constantes do referido Compromisso de Investimento.

A celebração de Compromissos de Investimento no âmbito da Distribuição Pública, dar-se-á durante todo o Período de Investimento, sendo que, após este prazo, os Cotistas não poderão ser chamados pelo Administrador para celebrar novos Compromissos de Investimento, salvo se aprovado por 75% da Assembléia Geral de Cotistas, convocada especialmente para este fim, e a qual deverá estabelecer o procedimento detalhado para a realização de novos investimentos pelos Cotistas, com base nas justificativas apresentadas pelo Administrador.

O prazo para a subscrição e integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da respectiva data de publicação do Anúncio de Início da Distribuição Pública, prorrogável por 180 (cento e oitenta) dias mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas ou, se não houver Cotistas, mediante deliberação do Administrador.

A subscrição e integralização das demais Cotas do Fundo poderá ocorrer durante todo o Período de Investimento, mediante a chamada do Administrador, até o valor do Capital Comprometido, de acordo com as condições estabelecidas no Boletim de Subscrição e, conforme o caso, no Compromisso de Investimento.

A integralização das Cotas, até o limite do Capital Comprometido, está prevista no respectivo Compromisso de Investimento e será efetivada mediante chamada de capital do Administrador, que se dará por meio do envio de correspondência com aviso de recebimento, telegrama com comunicação de entrega, fax ou correio eletrônico, com prazo mínimo de 5 dias úteis para integralização, contados do seu recebimento pelos Cotistas, conforme as informações constantes no Boletim de Subscrição e, conforme o caso, no Compromisso de Investimento. As chamadas de capital serão realizadas pelo Administrador e poderão ocorrer durante todo o Período de Investimento, mediante o envio, pelo Administrador, de correspondência com aviso de recebimento, telegrama com comunicação de entrega, fax ou correio eletrônico, com informações sobre: (i) o valor a ser integralizado, observado o limite do Capital Comprometido constante do referido Compromisso de Investimento; (ii) a data limite para integralização das Cotas, que não poderá ser inferior a 5 dias úteis contados do recebimento da referida chamada de capital; e (iii) informações sobre a conta bancária em que os recursos referentes à integralização deverão ser depositados. O valor das Cotas, resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Cotas já emitidas, será apurado no dia útil anterior à respectiva integralização e estarão limitadas ao Capital Comprometido constante do respectivo Compromisso de Investimento.

A integralização das Cotas poderá ser realizada por meio de transferência eletrônica disponível (TED) ou documento de ordem de crédito (DOC), mediante depósito em conta corrente em nome do Fundo, bem como mediante liquidação na CETIP.

O Cotista que não fizer o pagamento nas condições previstas no Regulamento, no Compromisso de Investimento, ou no respectivo Boletim de Subscrição, ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito, atualizado pelo IPCA, *pro rata temporis*, e de uma multa mensal de 1% sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do Fundo. Na hipótese de o Cotista não realizar o pagamento nas condições previstas no Regulamento, no Compromisso de Investimento ou no respectivo Boletim de Subscrição, os demais Cotistas não responderão por tal inadimplemento.

As Cotas não integralizadas no prazo de 90 dias, contados da data indicada pelo Administrador para sua subscrição e integralização, em cada chamada de capital, observados os termos e condições previstos no Regulamento, no Compromisso de Investimento ou no respectivo Boletim de Subscrição, serão automaticamente canceladas.

Novas distribuições de Cotas do Fundo dependerão de prévia deliberação da Assembléia Geral de Cotistas e registro - ou dispensa, conforme o caso - da oferta de distribuição na CVM, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 7º da Instrução CVM 391.

Destinação dos Recursos

As importâncias recebidas pelo Fundo a título de integralização das Cotas subscritas deverão ser depositadas em conta corrente em nome do Fundo, sendo obrigatória a sua aplicação na aquisição de títulos ou valores mobiliários ou

outros ativos, de acordo com a política de investimento do Fundo, no prazo máximo de 6 (seis) meses. Durante esse período, tais recursos deverão ser aplicados em títulos públicos ou em Certificados de Depósito Bancário emitidos por banco comercial, múltiplo ou de investimento. Mediante aprovação do Comitê de Investimentos, os recursos poderão ser aplicados, ainda, em títulos privados, inclusive cotas de fundos de investimento com características de renda fixa.

Na hipótese de os valores integralizados não serem utilizados para fins de aquisição de títulos ou valores mobiliários de Companhias Investidas, de acordo com a política de investimento do Fundo, no prazo de 6 (seis) meses, poderá o Administrador, mediante aprovação do Comitê de Investimentos, determinar a prorrogação do prazo original por períodos sucessivos de 6 (seis) meses ou, alternativamente, deduzir as exigibilidades do Fundo, tais como custos de administração e demais encargos necessários para o funcionamento do Fundo, obrigações e outros valores eventualmente registrados no seu passivo, e restituir o montante remanescente aos Cotistas a título de amortização das Cotas do Fundo em até 5 dias após o término do referido prazo.

Valor Mínimo de Subscrição

O valor mínimo individual de subscrição é de R\$ 1.000.000,00. Não haverá limite máximo para subscrição de Cotas.

Cronograma da Distribuição Pública

Ordem de Eventos	Datas Previstas(*)
Concessão do Registro da Distribuição Pública na CVM	25.08.2008
Publicação do Anúncio de Início	27.08.2008
Disponibilização do Prospecto	
Início do prazo para subscrição de Cotas	
Término do prazo para subscrição das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo	27.08.2009
Publicação do Anúncio de Encerramento	

(*) Tais datas são meramente estimativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério do Administrador, observados os prazos legais.

Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Distribuição Pública

O Administrador pode requerer à CVM a modificação ou revogação da Distribuição Pública, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido do registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando um aumento relevante dos riscos por ele assumidos e inerentes à própria Distribuição Pública.

Adicionalmente, o Administrador pode modificar, a qualquer tempo, a Distribuição Pública, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, § 3º, da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação das condições da Distribuição Pública seja deferido, a CVM poderá, por iniciativa própria ou por pedido do Administrador, prorrogar o prazo da Distribuição Pública por até 90 dias, contados da aprovação do pedido de modificação.

Se a Distribuição Pública for revogada, os Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição firmados anterior ou posteriormente à revogação serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos subscritores os valores já integralizados, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

A revogação ou qualquer modificação da Distribuição Pública será imediatamente divulgada por meio de “Anúncio de Retificação”, a ser publicado no jornal Valor Econômico, veículo também utilizado para a divulgação do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Em se tratando de modificação da Distribuição Pública, após a publicação do Anúncio de Início, o Administrador deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento dos Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, de que o subscritor está ciente de que a Distribuição Pública original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à Distribuição Pública, por meio da entrega ao Administrador

do respectivo Boletim de Subscrição e Compromisso de Investimento, deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada para que confirmem, no prazo de 5 dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter seu investimento no Fundo, sendo presumida a manutenção em caso de silêncio.

Suspensão e Cancelamento da Distribuição Pública

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM: (i) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que (a) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e (ii) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Distribuição Pública será informado aos investidores que já tenham aderido à Distribuição Pública, por meio da entrega ao Administrador de Boletins de Subscrição e Compromissos de Investimento, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar os respectivos Boletins de Subscrição e Compromissos de Investimento já assinados até o 5º dia útil subsequente ao recebimento da referida comunicação. Todos os investidores que já tenham entregue ao Administrador Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, na hipótese de cancelamento da Distribuição Pública, e os investidores que tenham revogado seus Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição total dos valores integralizados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 dias úteis contados do recebimento da revogação do Compromisso de Investimento e Boletim de Subscrição ou da comunicação do cancelamento da Distribuição Pública, conforme o caso.

Negociação de Cotas

As Cotas do Fundo objeto da Distribuição Pública serão registradas para negociação no SFF. As Cotas do Fundo poderão ser transferidas mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário e registrado em ofício de títulos e documentos, ou em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, quando houver sido objeto de distribuição pública, observadas as demais condições previstas no Regulamento, no Prospecto e os demais requisitos aplicáveis conforme regulamentação da CVM. As Cotas do Fundo somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, solidariamente com o cedente, todas as obrigações deste perante o Fundo no tocante à sua integralização.

No caso de transferência de Cotas, o adquirente deverá notificar o Administrador sobre a aquisição. O Administrador, por sua vez, deverá informar o adquirente sobre qualquer garantia real já outorgada envolvendo os ativos do Fundo. Isto feito, deverá o adquirente, anteriormente à aquisição das Cotas, prestar declaração expressa de ciência das garantias outorgadas pelo Fundo, bem como se comprometer a observar totalmente os termos da regulação vigente.

Fica limitado o número mínimo de Cotas a serem adquiridas ou negociadas a 1 Cota, de modo que cada Cotista adquira ou negocie ao menos 1 Cota, sendo vedada a aquisição ou negociação exclusiva de partes fracionárias.

Custos de Distribuição

Todos os custos relativos à Distribuição Pública, quando existentes, serão responsabilidade do Administrador, sendo que os custos de distribuição previstos são:

Custos	Custo Total (em R\$)	% em Relação ao valor da Distribuição Pública*
Comissões		
<i>Comissão de Coordenação</i>	8.000.000,00	1,00%
<i>Comissão de Colocação</i>	0,00	0%
<i>Outras Comissões</i>	0,00	0%
Custo Unitário de Distribuição	0,00	0%
Despesas decorrentes do Registro		
<i>Taxa de Registro de Distribuição</i>	82.870,00	0,01%

Custos	Custo Total (em R\$)	% em Relação ao valor da Distribuição Pública*
<i>Outras Despesas de Registro</i>	0,00	0%
Outros Custos		
<i>Advogados</i>	60.000,00	0,01%
<i>Publicidade</i>	50.000,00	0,01%
Total	8.192.870,00	1,03%

* Considerando o valor total da Oferta de R\$ 800.000.000,00.

Características do Contrato de Distribuição

Nos termos do Contrato de Distribuição, o Distribuidor realizará a distribuição pública das Cotas, em regime de melhores esforços, em mercado de balcão organizado. Será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, sendo atendidos, prioritariamente, os clientes do Distribuidor.

As Cotas somente poderão ser subscritas e integralizadas por Investidores Qualificados, e os interessados na integralização de Cotas deverão manifestar-se diretamente ao Distribuidor, de acordo com as instruções a serem previamente fornecidas pelo Distribuidor.

O preço de integralização das Cotas será calculado de acordo com o disposto na seção “Procedimentos para Subscrição e Integralização das Cotas” deste Prospecto e o Capítulo XIII do Regulamento, e será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da integralização.

Os recursos relativos à integralização das Cotas deverão ser colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, por meio de transferência eletrônica disponível (TED) ou documento de ordem de crédito (DOC), em conta corrente em nome do Fundo, indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação, ou mediante liquidação na CETIP.

O Contrato de Distribuição está à disposição para consulta ou cópia na sede do Administrador e do Distribuidor.

Informações Adicionais

Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam este Prospecto antes de tomar qualquer decisão de investir nas Cotas.

Para maiores esclarecimentos a respeito da Distribuição Pública e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM ou à sede do Administrador, do Gestor ou do Distribuidor, nos endereços indicados na seção “Identificação de Prestadores de Serviços do Fundo e Outros” deste Prospecto, sendo que este encontra-se à disposição dos investidores na CVM apenas para consulta e reprodução.

Nos termos da Instrução CVM 400, o Distribuidor apresentou pedido de registro de Distribuição Pública na CVM em 15 de agosto de 2008, tendo a CVM deferido o registro da presente Distribuição Pública em 25 de agosto de 2008.

IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO E OUTROS

Administrador

BEM DTVM Ltda.

CNPJ/MF – 00.066.670/0001-00
Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar
Osasco, SP
CEP: 06.029-900
At.: Gleyson dos Santos
Tel.: (11) 3684-3727
Fax: (11) 3684-2714
E-mail: 4010.gleyson@bradesco.com.br
Website: www.bradescocustodia.com.br
Link ao Prospecto: acessar o link “Inf. aos Cotistas” no site do Administrador, selecionar “Prospecto” e “FIP Vitória Shoppings”.

Gestor

Vitória Asset Management S.A.

CNPJ/MF – 04.330.895/0001-83
Rua Jerônimo da Veiga, 45 10º andar - Jardim Europa
São Paulo, SP
Cep: 04536-000
At.: Sr. Julio Cardozo
Tel.: (11) 3595-3803
Fax: (11) 3595-3829
E-mail: julio.cardozo@vitoriaasset.com.br
Website: <http://www.vitoriaasset.com.br>
Link ao Prospecto:
http://www.vitoriaasset.com.br/img/FIP_VITORIA_PROSPECT01.pdf

Custodiante

Banco Bradesco S.A.

CNPJ/MF – 60.746.948/0001-12
Avenida Yara, s/nº
Osasco, SP
CEP: 06029-900
At.: Sr. Antonio Aureliano Nóbrega Filho
Tel.: (11) 3684-9286
Fax: (11) 3684-2377
E-mail: 4010.aureliano@bradesco.com.br
Website: www.bradescocustodia.com.br

Distribuidor

Banco BVA S.A.

CNPJ/MF – 32.254.138/0001-03
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900 - 2º andar
 São Paulo, SP
 CEP: 04538-132
 At.: Sr. Ruy Toledo Piza
 Tel.: (11) 2173-7200
 Fax: (11) 2173-7211
 E-mail: OperacoesEstruturadas@bancobva.com.br
 Website: www.bancobva.com.br
 Link ao Prospecto:
https://www.bancobva.com.br/PUBLICO_RELACOES_INVEST/DEM_ONSTRACOES/FIPVITORIAPROSPECT0.pdf

Auditores Independentes

KPMG Auditores Independentes

CNPJ/MF – 57.755.217/0001-29
 Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 33 - 17º andar
 São Paulo, SP
 CEP: 04.530-904
 At.: Sr. Pedro Vitor Zago
 Tel.: (11) 2183-3290
 Fax: (11) 2183-3001
 E-mail: pzago@kmpg.com.br
 Website: <http://www.kpmg.com.br>

Consultor Legal

Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados

CNPJ/MF – 02.853.076/0001-95
 Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50 - 4º andar
 São Paulo, SP
 CEP: 04543-000
 At.: Alexandre Zanotta
 Tel.: (11) 3365-4600
 Fax: (11) 3365-4619
 E-mail: aez@bmalaw.com.br
 Website: www.bmalaw.com.br

Outros Serviços

O Administrador poderá contratar a prestação de outros serviços, inclusive no que se refere à avaliação, acompanhamento, consultoria e indicação de investimentos, atividades e desempenho financeiro das sociedades objeto de investimento pelo FUNDO, bem como assessoria na análise dos desinvestimentos, observado o limite de R\$ 1.000.000,00 por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Descrição dos Principais Prestadores de Serviços do Fundo***Administrador***

O Administrador tem por função precípua praticar todos os atos de administração do Fundo nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e do Regulamento, de modo a manter sua boa ordem legal, operacional e administrativa. Os deveres e as obrigações do Administrador encontram-se definidos no Regulamento.

Gestor

O Gestor, Vitória Asset Management S.A., está com aproximadamente um ano de atividade e já possui ativos sob gestão que ultrapassam a marca dos R\$ 250 milhões.

Formada por um time de executivos, seus gestores acumulam juntos mais de 30 anos de experiência no mercado financeiro. Com especialidades e características complementares, cada profissional foca em uma determinada classe de ativo e arquitetura financeira, a fim de encontrar a solução mais adequada e rentável para cada um de seus clientes.

O Gestor tem o objetivo básico atender a clientes que procuram desempenho e soluções específicas para suas necessidades de investimento. Além disso, o Gestor tem *expertise* na produção de fundos exclusivos que atendam as necessidades de seus clientes.

Dentre as principais características do Gestor, destacam-se: (i) pesquisa minuciosa do perfil do investimento; (ii) análise global de portfólio; (iii) verificação de todos os ativos que compõem a carteira de investimentos do cliente e análise profunda de cada classe de ativo; (iv) maximização de retornos globais versus risco pretendido com aconselhamento nas modificações necessárias, começando o processo de gestão; (v) transparência; e (vi) gestão voltada exclusivamente para cotistas e, desta maneira, tudo é previamente discutido e devidamente relatado.

Custodiante

O Custodiante, Banco Bradesco S.A., oferece a seus clientes soluções customizadas para a prestação dos serviços de Custódia de Títulos e Valores Mobiliários, Controladoria de Fundos e Carteiras de Investimento, Custódia de Ações para Lastro de DRs, Investidor Estrangeiro e Fundos de Recebíveis. Todos os serviços contam com equipe especializada, capacitada em oferecer as melhores soluções para cada empresa, além da tecnologia e segurança que garantem a qualidade dos serviços prestados.

O Custodiante possui estrutura para o contínuo atendimento de seus clientes em situações de contingência. Como custodiante, os serviços prestados pelo Bradesco seguem o Código de Auto-Regulação da ANBID para os Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais e são periodicamente auditados.

Distribuidor

O Distribuidor da Oferta será o Banco BVA S.A., com sede no Estado do Rio de Janeiro, cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº. 52, 19º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 32.254.138/0001-03.

O Distribuidor é controlado pela BVA Empreendimentos S.A., tendo iniciado suas atividades em 1994, no Estado do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 2000, transformou-se em banco múltiplo e desde então desenvolve suas operações de modo integrado, através das carteiras comercial, de investimento, de crédito, de financiamento e de câmbio.

O foco do Distribuidor está amparado em 3 pilares (i) o banco comercial, através da participação no *middle market*; (ii) o crédito consignado, com produção no segmento de varejo; e (iii) o banco de investimento, responsável pela geração de operações estruturadas.

Relacionamento entre os Principais Prestadores de Serviços do Fundo

Administrador e Custodiante

O Administrador e o Custodiante são instituições integrantes do mesmo grupo econômico. Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, o Administrador e o Custodiante mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na gestão de recursos de seus clientes.

Administrador e Gestor

No curso normal de seus negócios, o Gestor foi contratado para realizar a gestão de investimento de outro fundo de investimento administrado pelo Administrador, o Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado.

Adicionalmente, também no curso normal de seus negócios, o Gestor atuou como estruturador em um fundo de investimento administrado pelo Administrador, o FIDC Consignados Portfolio I.

Gestor e Distribuidor

O Gestor e o Distribuidor são instituições integrantes do mesmo grupo econômico.

Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, o Gestor e o Distribuidor mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na condução de suas atividades.

Gestor e Custodiante

No curso normal de seus negócios, o Gestor foi contratado para realizar a gestão de investimento de outro fundo de investimento cujos serviços de custódia são prestados pelo Custodiante, o Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado.

Adicionalmente, também no curso normal de seus negócios, o Gestor atuou como estruturador em um fundo de investimento cujos serviços de custódia são prestados pelo Custodiante, o FIDC Consignados Portfolio I.

Administrador e Distribuidor

No curso normal de seus negócios, o Distribuidor foi contratado para realizar a distribuição de outro fundo de investimento administrado pelo Administrador, o FIDC Consignados Portfolio I.

Adicionalmente, também no curso normal de seus negócios, o Distribuidor atuou como originador e cedente de direitos creditórios no FIDC Consignados Portfolio I, o qual é administrado pelo Administrador.

Distribuidor e Custodiante

No curso normal de seus negócios, o Distribuidor atuou como distribuidor, originador e cedente de direitos creditórios no FIDC Consignados Portfolio I, e como cedente no BVA FIDC Crédito Financeiro Corporativo, sendo que em ambos os fundos mencionados neste parágrafo os serviços de custódia são prestados pelo Custodiante.

REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E OUTROS ENCARGOS

Remuneração dos Prestadores de Serviços do Fundo

Taxa de Administração

Durante o Prazo de Duração, pelos serviços prestados ao Fundo, o Administrador, o Gestor e o Custodiante receberão uma Taxa de Administração, conforme abaixo indicada:

- I. durante o Período de Investimento, até data da primeira integralização de cotas efetuada após o término do Período de Distribuição, a Taxa de Administração será de 1,5% a.a. (um vírgula cinco por cento ao ano) calculada sobre o valor do Capital Comprometido, devendo ser observada a remuneração mínima mensal equivalente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), acrescida de 1% sobre o valor total de cotas efetivamente distribuídas, a ser apurado pelo Administrador, na data da publicação do anúncio de encerramento da oferta, acrescida de R\$ 1.000,00 (mil reais);
- II. durante o Período de Investimento, decorrido o prazo mencionado no item I acima, a Taxa de Administração será de 1,5% a.a. (um vírgula cinco por cento ao ano) calculada sobre o valor do Capital Comprometido, devendo ser observada a remuneração mínima mensal equivalente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), acrescida de R\$ 1.000,00 (mil reais); e
- III. durante o Período de Desinvestimento, a Taxa de Administração será de 1,5% a.a. (um vírgula cinco por cento ao ano) calculada sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, devendo ser observada a remuneração mínima mensal equivalente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), acrescida de R\$ 1.000,00 (mil reais).

A remuneração prevista acima deverá ser provisionada diariamente (em base de 252 dias por ano) sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, e paga ao Administrador mensalmente, sendo que o primeiro débito deverá ser feito no primeiro dia útil do mês subsequente em que ocorrer a primeira integralização de Cotas, e os débitos posteriores no primeiro dia útil dos meses subsequentes.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que tenham sido subcontratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da remuneração fixada no Regulamento.

Taxa de Performance

O Gestor receberá, ainda, pela prestação de serviços de gestão do Fundo, Taxa de Performance sobre a rentabilidade dos investimentos realizados pelo Fundo (deduzidas as despesas, inclusive a Taxa de Administração), correspondente a 20% do que exceder a taxa do IPCA acrescido de 9% a.a.

A Taxa de Performance será calculada e paga na data de cada distribuição de resultados aos Cotistas do Fundo, oriundos dos títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira do Fundo. A Taxa de Performance também será calculada e paga todas as vezes em que houver amortização ou liquidação de Cotas do Fundo, por conta da realização dos investimentos do Fundo.

Na hipótese de o Gestor deixar de prestar serviços ao Fundo, por descredenciamento pela CVM ou por destituição deliberada em Assembleia Geral de Cotistas regularmente convocada e instalada, o Gestor fará jus ao recebimento da Taxa de Performance, a ser paga *pro rata temporis*, observado o período de exercício efetivo de sua função. O pagamento da Taxa de Performance devida ao Administrador ou Gestor, substituído nos termos do Regulamento, será realizado em dinheiro, simultaneamente ao pagamento da Taxa de Performance ao gestor do Fundo à época do pagamento.

Taxa de Ingresso e Saída

Não será cobrada qualquer taxa de ingresso ou de saída dos Cotistas.

Outros Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da remuneração prevista na seção “Remuneração dos Prestadores de Serviços do Fundo” deste Prospecto, as seguintes despesas que lhe poderão ser debitadas pelo Administrador:

- I. emolumentos e comissões pagos por operação de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira do Fundo;
- II. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- III. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos previstas na regulação aplicável;
- IV. despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- V. honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao Fundo, se for o caso;
- VII. parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- VIII. prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- IX. quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléias Gerais de Cotistas até o limite de R\$ 1.000.000,00, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas; e
- X. despesas com a contratação de prestadores de serviços habilitados para assessorar o Administrador e o Gestor na administração e gestão do Fundo, especialmente na avaliação, consultoria e indicação de investimentos, acompanhamento das atividades e do desempenho financeiro das Companhias Investidas e na análise dos desinvestimentos, até o limite de R\$ 1.000.000,00 por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Quaisquer outras despesas que não estejam expressamente previstas no Regulamento como encargos do Fundo, correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Cotistas.

FATORES DE RISCO

O investimento nas Cotas envolve riscos significativos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto e no Regulamento e, em especial, os riscos mencionados abaixo. Os riscos descritos abaixo são aqueles de conhecimento do Administrador na data deste Prospecto. Riscos adicionais atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes, também podem afetar o Fundo de forma adversa.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com a garantia do Administrador, do Gestor, dos demais prestadores de serviços do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, e podem ser adversa e materialmente afetadas por quaisquer dos fatores de risco indicados abaixo, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Cotistas.

Riscos Relacionados às Companhias Investidas

Setor de Atuação das Companhias Investidas

O Fundo investirá seus recursos na aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, exceto pelo descrito na seção “Principais Características do Fundo – Objetivo e Investimentos do Fundo” deste Prospecto, de emissão de companhias, abertas ou fechadas, que atuem no segmento imobiliário comercial e que tenham por objetivo principal, direta ou indiretamente, o desenvolvimento de atividades relacionadas à administração ou exploração de shopping centers, bem como a aquisição ou locação de terrenos para a construção dos respectivos shopping centers e negociação de suas unidades/lojas. Estas atividades estão expostas aos seguintes fatores de risco:

Condições da Economia e do Mercado Imobiliário Comercial

O setor de construção civil é significativamente influenciado por mudanças nas condições econômicas gerais e locais, tais como: (i) níveis de emprego; (ii) crescimento populacional; (iii) confiança do consumidor e estabilidade dos níveis de renda; (iv) disponibilidade de financiamento; e (v) disponibilidade de propriedades para locação. Além disso, o valor de mercado de terrenos e lotes disponíveis pode variar significativamente, acarretando oscilações nos resultados dos projetos selecionados pelo Fundo.

Condições adversas nas regiões das Companhias Investidas podem reduzir os níveis de locação, restringir a possibilidade de aumentarmos o preço de locações, bem como diminuir receitas de locação que estão atreladas às receitas dos lojistas. Caso as Companhias Investidas não gerem receita suficiente para que o Fundo possa cumprir com as obrigações, a sua condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados. Os fatores a seguir, entre outros, podem causar um efeito adverso para o Fundo:

- períodos de recessão e aumento dos níveis de vacância nos nossos empreendimentos, ou aumento das taxas de juros podem resultar na queda dos preços das locações ou no aumento da inadimplência pelos locatários, bem como diminuir nossas receitas de locação e/ou administração que estão atreladas às receitas dos lojistas;
- percepções negativas dos locatários acerca da segurança, conveniência e atratividade das áreas nas quais nossos shopping centers estão instalados;
- incapacidade de atrairmos e mantermos locatários de primeira linha;
- inadimplência e/ou não cumprimento das obrigações contratuais pelos locatários;
- aumento dos custos operacionais, incluindo a necessidade para incremento do capital;
- aumento de tributos incidentes sobre as nossas atividades; e

- mudanças regulatórias no setor de shopping centers, inclusive nas leis de zoneamento.

Outros Players

O setor imobiliário comercial no Brasil é altamente competitivo e fragmentado. As Companhias Investidas concorrem com outras construtoras e incorporadoras em termos de disponibilidade e localização de terrenos e lotes para incorporação, preço, captação de recursos, projeto, qualidade e reputação. Caso as Companhias Investidas não consigam competir de forma eficaz, a economia e a rentabilidade dos projetos poderá ser prejudicada, elevando a exposição de capital e, conseqüentemente, reduzindo os ganhos do Fundo.

Financiamentos e Disponibilidade de Recursos

Sociedades empresárias do setor imobiliário comercial estão sujeitas aos riscos normalmente associados à concessão de financiamentos. Além dos juros, os contratos de venda a prazo prevêm, via de regra, atualização monetária por meio de índices de mercado. Aumentos na inflação, além de variações nas taxas de juros, podem afetar as taxas de inadimplência e reduzir as margens de lucro das Companhias Investidas.

Além disso, a falta de disponibilidade de recursos no mercado para obtenção de financiamentos associada ou não a aumentos nas taxas de juros podem prejudicar a demanda por imóveis.

Matérias-primas

As matérias-primas básicas utilizadas na construção civil podem sofrer alterações inesperadas decorrentes de escassez, impostos, restrições ou flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os custos de venda e reduzindo os lucros das Companhias Investidas.

Questões Diversas

Questões relacionadas ao cumprimento de prazos de construção, regulação aplicável, formação de parceiras, localização de terrenos e lotes, dentre outras podem afetar adversamente os resultados do Fundo, bem como a conclusão de determinado projeto.

Desempenho das Companhias Investidas

Os investimentos nas Companhias Investidas envolvem riscos relativos aos setores em que atuam. Não há garantia quanto ao desempenho de quaisquer desses setores e tampouco certeza de que o desempenho de cada uma das Companhias Investidas acompanhe *pari passu* o desempenho médio do seu respectivo setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho de cada uma das Companhias Investidas acompanhe o desempenho médio das demais empresas do seu setor de atuação, não há garantia de que o Fundo e seus Cotistas não experimentarão perdas, nem há garantia quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

Além disso, o Fundo influenciará na definição da política estratégica e na gestão das Companhias Investidas. Dessa forma, caso determinada Companhia Investida tenha sua falência decretada e/ou caso haja desconsideração da personalidade jurídica da Companhia Investida, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da Companhia Investida poderá ser atribuída ao Fundo, o que poderá causar um impacto negativo no valor das Cotas.

Responsabilidade Ilimitada dos Cotistas

Caso o patrimônio líquido do Fundo venha a ficar negativo, os Cotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais de recursos, respondendo de forma ilimitada pelos passivos do Fundo, na proporção de suas Cotas, de forma que o Fundo possa fazer face de seus compromissos perante terceiros.

Concentração e Riscos da Carteira

O Fundo poderá adquirir valores mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em ativos de um único emissor e de pouca liquidez. Essa concentração poderá, eventualmente, acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única ou poucas Companhias Investidas cujos valores mobiliários venham a integrar a Carteira, ou de seus setores econômicos de atuação.

O Fundo poderá ser titular de 100% das ações de Companhias Investidas e/ou ser acionista controlador dessas companhias, hipóteses nas quais incorrerá nos riscos de ser responsabilizado por seus atos na qualidade de acionista controlador.

Ausência de Companhias a serem Investidas

O Fundo foi constituído com a finalidade de investir seus recursos em Companhias Investidas que apresentem um potencial de valorização significativo. Tais escolhas se basearão em uma análise criteriosa dos fundamentos do negócio e suas perspectivas. Há o risco de não serem encontradas Companhias Investidas dispostas a desenvolver empreendimentos com as características perseguidas pelo Fundo.

Nesse caso, os recursos que não estiverem alocados nos termos da política de investimento do Fundo deverão ser investidos na forma disposta neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, observado que, na hipótese de os recursos recebidos pelo Fundo a título de integralização das Cotas não serem aplicados nos termos e prazos previstos no Regulamento, poderá o Administrador deduzir as exigibilidades do Fundo, tais como custos de administração e demais encargos necessários para o funcionamento do Fundo, obrigações e outros valores eventualmente registrados no seu passivo, e restituir o montante remanescente aos Cotistas a título de amortização das Cotas.

Amortização de Cotas Condicionada ao Retorno das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão preponderantemente provenientes de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outros rendimentos que sejam atribuídos aos valores mobiliários integrantes da Carteira do Fundo e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Cotas e/ou distribuir dividendos declarados em favor das ações de sua propriedade pelas Companhias Investidas está condicionada ao recebimento, pelo Fundo, dos recursos acima citados.

Dificuldade de Acesso a Informações

Os investimentos do Fundo poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar determinadas práticas de governança corporativa, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativas à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o Fundo quanto: (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da Companhia Investida; e (ii) à correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar negativamente o valor da Carteira e das Cotas. Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa às quais as companhias fechadas estão sujeitas, veja a seção “Principais Características do Fundo – Objetivo e Investimentos do Fundo – Objetivo do Fundo” deste Prospecto.

Riscos Relacionados à Liquidez

Restrições ao Resgate de Cotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, não admite resgate de Cotas a qualquer momento. A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Cotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Cotas. Dessa forma, um Cotista interessado em alienar suas Cotas no mercado secundário deverá encontrar, sob sua exclusiva responsabilidade, um adquirente para a sua participação, observado, ainda, que este deverá ser um

Investidor Qualificado. Os Cotistas poderão ter dificuldades em realizar a venda de suas Cotas no momento em que desejarem e/ou obter preços reduzidos na venda das Cotas, considerando tratar-se de produto novo e considerando que o mercado brasileiro de cotas de fundos de investimento em participações é de baixa liquidez. Os Cotistas devem estar cientes de que a liquidez das cotas de fundos de investimento em participações é considerada baixa se comparada com outros ativos financeiros.

Liquidez Reduzida dos Ativos do Fundo

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos ativos integrantes da Carteira, especialmente no caso de títulos e valores mobiliários de emissão de companhias fechadas, ou de companhias abertas sem ou com pouca negociação, poderá não haver demanda por esses ativos ou somente haver demanda a preços reduzidos, em prejuízo do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Cotistas.

Além disso, como os investimentos do Fundo deverão propiciar-lhe a sua efetiva participação no processo decisório das Companhias Investidas, o Fundo estará sujeito às normas sobre vedação à negociação de valores mobiliários impostas às pessoas que têm acesso a informações sobre as Companhias Investidas. Assim, caso o Fundo tenha acesso a informações sobre as Companhias Investidas, não poderá negociar os valores mobiliários de emissão das respectivas companhias até que tais informações sejam divulgadas.

Riscos de Mercado

Capacidade de Crédito

Os ativos financeiros integrantes da Carteira podem estar sujeitos à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais ativos. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos financeiros.

O Fundo poderá incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de ativos em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Não Recuperação dos Recursos Aplicados

O não cumprimento, nas datas previstas, das obrigações referentes aos valores mobiliários por parte das Companhias Investidas poderá prejudicar a capacidade de pagamento e a rentabilidade do Fundo e dos Cotistas, podendo, ainda, o Fundo incorrer em custos adicionais, na tentativa de recuperação dos créditos inadimplentes.

Além disso, caso o Fundo venha a tomar medidas para a cobrança, seja por procedimento judicial ou extrajudicial, dos valores mobiliários integrantes da Carteira cujos valores de principal ou encargos não tenham sido honrados, não há quaisquer garantias de que os montantes devidos serão recuperados total ou parcialmente e em prazo compatível com o Prazo de Duração. Nessa hipótese, os Rendimentos do Fundo e, conseqüentemente, dos Cotistas, poderão ser adversamente afetados.

Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente valores mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações com derivativos poderá acarretar

variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

Outros Riscos

Riscos Sistêmicos ou de Regulação

O Fundo também está sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador, do Gestor e dos demais prestadores de serviços do Fundo, tais como moratória, alteração na política monetária, alterações na regulação e/ou legislação, inclusive tributária, aplicáveis a fundos de investimento em participações, bem como mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da Carteira. Tais riscos, caso materializados, podem ter impacto nos resultados das posições assumidas pelo Fundo e nas condições de operação deste, afetando, portanto, adversamente a rentabilidade do Fundo e o valor das Cotas.

Fatores Macroeconômicos

As premissas de cada investimento serão estabelecidas de acordo com condições macroeconômicas sujeitas a alterações, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e de capitais brasileiro. Nesse caso, os ganhos do Fundo podem ser prejudicados, causando eventuais prejuízos aos Cotistas. Além disso, alterações macroeconômicas podem aumentar a inadimplência, gerando prejuízos ou reduzindo ganhos dos Cotistas.

Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações, no mercado ou no próprio Fundo, não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Cotas.

Descontinuidade

O Regulamento estabelece a possibilidade de liquidação antecipada do Fundo, caso seja deliberado em Assembleia Geral, por quorum qualificado de titulares de 75% das Cotas. Nessas situações, os Cotistas terão o prazo original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelos demais prestadores de serviços do Fundo, nenhuma multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

O SETOR DE SHOPPING CENTERS NO BRASIL

Visão Geral do Setor

Desde a inauguração da primeira unidade, em 1966, o setor brasileiro de shopping centers apresenta um notável crescimento em termos de área bruta locável, faturamento e empregos gerados.

A indústria de Shopping Centers no Brasil, que está em plena expansão, fechou o ano de 2007 com faturamento de R\$ 58 bilhões, o que representa um crescimento de 16% em relação ao ano anterior, segundo levantamento anual realizado pela ABRASCE.

As vendas dos shopping centers em 2007 representaram 18% do faturamento de todo o varejo nacional, excluídos os setores automotivos e de derivados de petróleo.

A indústria de shopping centers vem demonstrando grande vitalidade, contribuindo para o progresso da qualidade de vida no Brasil. Os shopping centers tornaram-se pontos de encontro, pólo de entretenimento, aliando praticidade e segurança. Desempenhou também importante papel na economia, como geradora de cerca de 629.700 empregos diretos e com expressiva integração com a comunidade.

Segundo a ABRASCE, o cenário macroeconômico, associado à profissionalização do setor de shopping centers no País, são os fatores que contribuíram com o resultado de 2007. Além disso, a expansão na oferta de crédito, os juros mais acessíveis, com inflação controlada, o crescimento do emprego formal e conseqüente aumento da massa salarial são outros elementos que contribuem para esta expansão.

O aumento do faturamento também se explica pelas inaugurações de novos empreendimentos, já que estes estão inclusos no levantamento. Só em 2007, 10 centros de compras iniciaram suas operações, o que significa mais de 250 mil m² de ABL. O Estado de São Paulo foi o grande foco das aberturas, tendo cinco inaugurações ao longo do ano, com mais 100 mil m² de ABL.

Adicionalmente, a indústria de shopping centers é uma grande propulsora de desenvolvimento, trazendo crescimento urbano, valorização imobiliária, aprimoramento do comércio do entorno e geração de empregos. Segundo a ABRASCE, foram criadas mais de 105 mil vagas e o setor agora responde por 629.700 empregos diretos.

Principais Players

O produto shopping center requer constantes pesquisas para definir novos formatos e estratégias de atuação. As mudanças na preferência do consumidor, o aparecimento de sistemas alternativos de varejo e a construção de um número crescente de shopping centers têm levado a modificações naqueles existentes para enfrentar a concorrência, geralmente através da combinação das compras ao lazer e à alimentação.

A disputa pelo consumidor e a busca de diferenciação estão estreitamente ligadas às medidas tomadas para revitalizações e redefinição do perfil dos shopping centers. Esses projetos abrangem: (i) gastos crescentes de marketing; (ii) seleção e/ou modificação do *tenant mix*; (iii) Lojas-Âncora; (iv) promoção de eventos; (v) vagas de estacionamento; (vi) projeto arquitetônico; (vii) ampliação do número de centros de lazer e serviços; (viii) treinamento; e (ix) modernização e informatização de operações.

Os grupos que atuam no setor o fazem diretamente ou por meio de empresas coligadas, como empreendedores ou administradores. É comum um grupo se ligar a outro na realização de novos projetos, entre outros motivos, porque os recursos para investimentos tornaram-se cada vez mais escassos. Os empreendedores, neste caso, associam-se e criam ou contratam empresas de administração, de locação e de obras e serviços.

Os principais grupos, de acordo com a ABRASCE, são Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., Ancar Empreendimentos Comerciais S.A., Brascan Shopping Centers, Ecisa, Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. e Sonae Sierra.

De acordo com estimativas da ABRASCE, nos últimos três anos o capital externo que chegou ao país para ser aplicado no segmento alcançou R\$ 7,5 bilhões. O dinheiro veio por meio da compra de ações de ofertas públicas e da associação de estrangeiros a empresas nacionais que atuam na área. Até 2005 eram apenas duas as companhias estrangeiras que investiam em shopping centers do Brasil, segundo a ABRASCE. Atualmente existem mais sete. Entre os grupos estrangeiros que hoje atuam nesta área no Brasil estão o General Growth Properties (GGP), grupo norte-americano que se juntou à brasileira Iguatemi, controladora e administradora de shoppings, a empresa imobiliária canadense Cadillac Fairview, que adquiriu parte das ações da Multiplan, e a norte-americana Developers Diversified Realty, que se associou ao Sonae Sierra. O grupo Sonae é português, mas já tem longa atuação no Brasil.

Cenário Atual

Aliada à estabilização econômica do País, com a redução de taxas de juros, o Brasil apresenta um bom momento de sua economia. O aumento de consumo acima da taxa de inflação teve um impacto positivo nos lucros dos shopping centers. O bom desempenho das vendas no mercado de varejo tem estimulado a procura por novos espaços em shopping centers. A redução no ritmo de inaugurações nos últimos cinco anos e a conseqüente oferta limitada de ABL adicional nos shopping centers não têm conseguido atender a demanda dos principais varejistas.

Um dado interessante e bastante positivo ao setor de shopping centers foi apurado no último monitoramento de mercado feito pela ACNielsen. De acordo com esse monitoramento, o setor de shopping centers teve o menor índice de vacância desde o início do acompanhamento deste índice, em 2002. A melhora no índice de vacância reflete uma maior demanda por pontos comerciais em shopping centers, que terá uma influência direta no valor dos aluguéis nas principais praças. Também de acordo com pesquisa da ABRASCE, o índice de inadimplência nunca foi tão baixo, estando situado em 9,3%.

Embora bastante pulverizado e diversificado, o segmento de shopping centers do País apresenta um nível de qualidade de especialização que se equipara às melhores do mundo, sendo o Brasil o décimo país do mundo em número de shopping centers construídos, de acordo com a ABRASCE.

Nos últimos cinco anos, o setor de shopping centers observou uma tendência a buscar nichos de mercado com empreendimentos em formato de vizinhança e comunitários de menor tamanho, e concentrados, principalmente, nas cidades de médio porte, consolidando uma tendência de interiorização. A ausência de alternativas de financiamento para viabilizar novos empreendimentos nas capitais e grandes centros urbanos motivou os empreendedores a buscar esse caminho com terrenos e construções menores e de menor custo. A tendência recente tem sido também no sentido de ampliar a função social e comunitária dos shopping centers, ofertando variados tipos de serviço, entretenimento, lazer e cultura. O conceito de shopping center se atualiza no tempo, através da alteração de seu perfil ou de formatos diferenciados de atuação.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Informações Gerais sobre o Fundo

Base Legal

O Fundo é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, regido por seu Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente a Instrução CVM 391.

Público Alvo

O Fundo destina-se a receber aplicações de recursos provenientes de Investidores Qualificados que busquem retorno de rentabilidade, no longo prazo, condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas.

Nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409, são considerados Investidores Qualificados:

- instituições financeiras;
- companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados;
- administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e
- regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

Data de Constituição e Autorização para Funcionamento do Fundo

O Fundo foi constituído pelo Administrador em 12 de junho de 2008, e seus atos constitutivos e regulamento foram arquivados no Cartório do 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 17 de junho de 2008, sob o nº 220.517. A 2ª alteração do regulamento foi registrada em 11 de agosto de 2008 sob o nº 222.025.

A autorização da CVM para o funcionamento do Fundo foi obtida em 15 de agosto de 2008. O código do Fundo perante a CVM é 196-1.

Prazo de Duração

O Fundo terá prazo de duração de 10 anos, contado da data de integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo, prorrogáveis por períodos sucessivos de 2 anos, mediante a aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, com antecedência mínima de 6 meses. O período de 6 anos, contado do início do Prazo de Duração, será

destinado a investimentos. Mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, o Período de Investimento poderá ser estendido por períodos sucessivos de 1 ano. O período de 4 anos após o término do Período de Investimento será destinado a desinvestimentos, sendo que, durante o Período de Desinvestimento, os investimentos do Fundo serão liquidados, de forma ordenada e o produto resultante será utilizado para amortização das Cotas. O Período de Desinvestimento poderá, ainda, ser prorrogado, mediante a aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, por períodos sucessivos de 1 ano.

Foro

O foro competente para conhecer de quaisquer ações ou processos judiciais relativos ao Fundo ou questões decorrentes do Regulamento é o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

Prestadores de Serviços

Para informações sobre os prestadores de serviços do Fundo, veja a seção “Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo e Outros” deste Prospecto.

Objetivo e Investimentos do Fundo

Objetivo do Fundo

O objetivo do Fundo é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de companhias, abertas ou fechadas, que atuem no segmento imobiliário comercial e que tenham por objetivo principal, direta ou indiretamente, o desenvolvimento de atividades relacionadas à administração ou exploração de shopping centers, bem como à aquisição ou locação de terrenos para a construção dos respectivos shopping centers e negociação de suas unidades/lojas, participando do processo decisório, com efetiva influência na definição de sua política estratégica.

As companhias fechadas objeto de investimento pelo Fundo deverão seguir as seguintes práticas de governança corporativa:

- proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- estabelecimento de mandato unificado de 1 ano para todo o conselho de administração;
- disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão;
- adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

O Fundo participará do processo de administração das Companhias Investidas (i) pela detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle; (ii) pela celebração de acordo de acionistas; ou (iii) pela celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão das Companhias Investidas, preferencialmente através da indicação de membros do conselho de administração.

Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

O Fundo deverá aplicar seus recursos na aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas. O Fundo poderá, ainda, investir em debêntures não conversíveis em ações desde que seja assegurada ao Fundo a participação no processo decisório e a efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão da companhia emissora, devendo a respectiva escritura de debêntures conter os seguintes dispositivos:

- I. imposição de observância de padrões de boa governança corporativa à companhia emissora, tais como, exemplificativamente, os aplicáveis às companhias fechadas;
- II. previsão de vencimento antecipado das debêntures na hipótese de os padrões de governança corporativa referidos acima não serem respeitados;
- III. mecanismos que propiciem a participação do Fundo na administração da companhia emissora, tanto em seu processo decisório como na definição das políticas estratégica e de gestão.

Na realização dos investimentos e desinvestimentos do Fundo, o Administrador e o Gestor observarão as deliberações do Comitê de Investimentos, tomadas de acordo com o Regulamento.

O Gestor poderá, sem necessidade de prévia aprovação do Comitê de Investimentos, realizar desinvestimentos com relação a recursos investidos em ativos líquidos, desde que para o fim exclusivo de realizar o pagamento de despesas e obrigações do Fundo, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento da remuneração do Administrador e demais encargos a serem debitados diretamente do Fundo, previstos no Regulamento.

A Carteira do Fundo será composta por, no mínimo, 67% e, no máximo, 100% de títulos e valores mobiliários de Companhias Investidas. É permitido ao Fundo aplicar seus excedentes de caixa em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa, sem, entretanto, descaracterizar sua natureza e política de investimento. O Fundo poderá investir até 100% de seus recursos em uma única Companhia Investida e poderá deter participação de até 100% do capital das Companhias Investidas.

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto se exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

Situações de Conflitos de Interesses

Os Cotistas do Fundo aprovam, desde logo, a possibilidade de o Fundo:

- I. investir em títulos e valores mobiliários ou outros ativos de emissão de companhias nas quais participem:
 - a. o Administrador, o Gestor, membros do Comitê de Investimentos e de outros comitês ou conselhos que venham a ser criados pelo Fundo, ou Cotistas do Fundo, ainda que titulares de Cotas representativas de 5% ou mais do patrimônio líquido do Fundo, seus sócios, respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto/ ou
 - b. quaisquer pessoas mencionadas na alínea anterior que estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de títulos ou valores mobiliários ou outros ativos a serem subscritos ou adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora de valores mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo;
- II. realizar operações em que o Fundo figure como contraparte das pessoas mencionadas na alínea “a” do item I acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo Administrador ou pelo Gestor.

Mediante a aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, é permitida a realização de operações pelo Fundo nas quais seja possível a identificação de existência de conflitos de interesses entre o Administrador, o Gestor ou os Cotistas do Fundo, e o investimento realizado.

Cotas, Negociação e Transferência

Características das Cotas

As Cotas corresponderão a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, calculado nos termos do Regulamento e dividido pelo número total de Cotas emitidas, terão a forma nominativa e serão escriturais. A propriedade das Cotas nominativas presumir-se-á por extrato de conta de depósito das Cotas, aberta em nome do Cotista.

Emissão e Distribuição das Cotas

O Fundo emitirá e distribuirá até 8.000 Cotas, a preço unitário de emissão de R\$ 100.000,00 por Cota.

Novas distribuições de Cotas dependerão de prévia deliberação da Assembléia Geral e registro – ou dispensa, conforme o caso - da oferta de distribuição na CVM, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 7º da Instrução CVM 391. Caso venham a ocorrer a emissão e distribuição de novas Cotas, o preço de emissão dessas Cotas será o valor apurado no dia útil anterior à respectiva emissão, resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Cotas já emitidas.

As ofertas de distribuição de novas Cotas poderão ser efetuadas com ou sem a elaboração de prospecto, conforme as características da distribuição, observado o disposto no Regulamento e na regulação aplicável.

Subscrição e Integralização das Cotas

O procedimento para a subscrição e integralização das Cotas da presente Distribuição Pública, bem como de eventuais emissões posteriores, encontra-se previsto na seção “Características da Distribuição Pública – Procedimentos para a Subscrição e Integralização das Cotas” deste Prospecto.

Valor Mínimo e Máximo de Investimento

O valor mínimo individual de subscrição é de R\$ 1.000.000,00, não havendo limite máximo para a subscrição de Cotas.

Negociação e Transferência de Cotas

As Cotas do Fundo objeto da Distribuição Pública serão registradas para negociação no SFF. As Cotas do Fundo poderão ser transferidas mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário e registrado em ofício de títulos e documentos, ou em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, quando houver sido objeto de distribuição pública, observadas as demais condições previstas no Regulamento, no Prospecto e os demais requisitos aplicáveis conforme regulamentação da CVM. As Cotas do Fundo somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, solidariamente com o cedente, todas as obrigações deste perante o Fundo no tocante à sua integralização.

No caso de transferência de Cotas, o adquirente deverá notificar o Administrador sobre a aquisição. O Administrador, por sua vez, deverá informar o adquirente sobre qualquer garantia real já outorgada envolvendo os ativos do Fundo. Isto feito, deverá o adquirente, anteriormente à aquisição das Cotas, prestar declaração expressa de ciência das garantias outorgadas pelo Fundo, bem como se comprometer a observar totalmente os termos da regulação vigente.

Fica limitado o número mínimo de Cotas a serem adquiridas ou negociadas a 1 Cota, de modo que cada Cotista adquira ou negocie ao menos 1 Cota, sendo vedada a aquisição ou negociação exclusiva de partes fracionárias.

Adicionalmente, os cessionários de Cotas serão obrigatoriamente Investidores Qualificados e deverão aderir aos termos e condições do Fundo, por meio da assinatura e entrega ao Administrador dos documentos por ele exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como Cotistas.

Amortização e Resgate de Cotas

Amortização de Cotas e Distribuição de Dividendos Recebidos pelo Fundo

O produto da liquidação dos investimentos do Fundo, durante o Período de Desinvestimento, deduzidos os compromissos presentes e futuros do Fundo, deverá ser distribuído aos Cotistas a título de amortização das Cotas nos termos do Regulamento. A amortização abrangerá todas as Cotas do Fundo mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de Cotas existentes. Se, excepcionalmente, a liquidação do investimento ocorrer durante o Período de Investimento, o Administrador, mediante a aprovação do Comitê de Investimentos, poderá optar pela amortização de Cotas no valor total dos recursos obtidos ou reter parte ou a totalidade dos recursos para o seu reinvestimento.

O Administrador deverá, no prazo máximo de 10 dias após a efetiva entrada de recursos no Fundo, provenientes da liquidação de qualquer investimento, realizar as amortizações de Cotas, por meio de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente, ou, no caso de reinvestimento, informar aos Cotistas, através de correspondência com aviso de recebimento, telegrama com comunicação de entrega, fax ou correio eletrônico, a destinação dos recursos. Mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, será possível a utilização de bens e direitos, inclusive valores mobiliários, na amortização de Cotas, bem como na liquidação do Fundo, sendo nestes casos, avaliados com base nos critérios para avaliação de ativos, previstos no Regulamento.

As quantias atribuídas ao Fundo a título de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, juros e quaisquer outros rendimentos inerentes às ações ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas detidos pelo Fundo, que venham a ser distribuídos pelas Companhias Investidas, serão, mediante a aprovação do Comitê de Investimentos, distribuídos aos Cotistas, observando-se que caso tais rendimentos sejam distribuídos durante o Período de Investimento, tais recursos poderão ser reinvestidos, a critério do Comitê de Investimentos.

Os Rendimentos que venham a ser distribuídos pelas Companhias Investidas durante o Período de Desinvestimento serão, no mesmo dia, distribuídos aos Cotistas, na proporção das Cotas detidas por eles, deduzidos os compromissos presentes e futuros do Fundo, sendo que os tributos incidentes serão de responsabilidade dos Cotistas na condição de contribuintes, conforme definido na legislação tributária em vigor.

Resgate

Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do Prazo de Duração ou pela liquidação do Fundo, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas acima.

Liquidação do Fundo

O Fundo entrará em liquidação ao final do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, se for o caso, ou por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Por ocasião da liquidação do Fundo, o Administrador deverá promover a alienação dos ativos integrantes da Carteira do Fundo e o produto resultante deverá ser entregue aos Cotistas como forma de pagamento pela amortização de suas Cotas, na proporção de cada um no patrimônio líquido do Fundo. A alienação dos ativos integrantes da Carteira poderá ser feita por meio de uma das formas a seguir, a critério do Comitê de Investimentos: (i) venda por meio de operações privadas; ou (ii) venda em bolsa de valores ou mercado de balcão, no Brasil, com ou sem colocação de esforços no exterior.

Mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, o Administrador poderá promover a divisão do patrimônio do Fundo entre os Cotistas. Caberá à Assembléia Geral de Cotistas estabelecer os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

A liquidação do Fundo e a divisão de seu patrimônio entre os Cotistas deverão ocorrer no prazo de 30 dias contados do encerramento do Prazo de Duração, de sua prorrogação ou da data da realização da Assembléia Geral de Cotistas que deliberou sobre a liquidação do Fundo, conforme o caso. Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Cotistas, o Administrador deverá praticar todos os atos necessários ao encerramento do Fundo perante quaisquer autoridades.

Exercício Social, Demonstrações Contábeis e Metodologia para Avaliação dos Ativos

O exercício social terá a duração de 1 ano e terminará no dia 28 de fevereiro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na regulação vigente.

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo serem segregadas das do Administrador e do Gestor. Serão levantados balanços semestrais.

As demonstrações financeiras do Fundo, inclusive os critérios de provisionamento e baixa de investimentos, estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, devendo observar a metodologia abaixo descrita para determinação do valor de contabilização dos ativos do Fundo. Ademais, conforme previsto no Regulamento, somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da Carteira, podendo, conforme o caso, resultar na baixa do investimento.

O Fundo levantará balanços semestrais, em 31 de agosto de cada ano, e anuais, em 28 de fevereiro de cada ano.

A avaliação do valor da Carteira do Fundo será feita utilizando-se para cada título ou valor mobiliário integrante da Carteira os critérios estabelecidos abaixo:

- ações sem cotação de mercado serão avaliadas pelo valor patrimonial contábil das Companhias Investidas;
- ações com cotações de mercado serão avaliadas pela última cotação de fechamento, sendo que, na hipótese de ações com pouca liquidez, será facultada a avaliação pela média ponderada das últimas 15 cotações de fechamento;
- debêntures serão avaliadas pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão;
- cotas de fundos de investimento em renda fixa ou cotas de fundos de investimento com características de renda fixa terão seu valor determinado pelo administrador daquele fundo, nos termos da regulação em vigor; e
- demais ativos, bem como operações de derivativos, que vierem a compor a Carteira não referidos nos itens anteriores serão precificados em conformidade com a regulação aplicável ou as melhores práticas.

Divulgação de Informações

O Administrador deverá divulgar a todos os Cotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, exceto com relação a informações sigilosas referentes às Companhias Investidas, obtidas pelo Administrador ou pelo Gestor sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da respectiva Companhia Investida. Em qualquer caso, o Administrador fica obrigado a enviar à CVM, simultaneamente, exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Cotistas ou terceiros.

O Administrador deverá enviar aos Cotistas e à CVM as seguintes informações:

- I. trimestralmente, no prazo de 15 dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações: (i) valor do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) número de Cotas emitidas.
- II. semestralmente, no prazo de 60 dias após o encerramento do período, as seguintes informações: (i) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram; (ii) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração a que se refere o artigo 14, inciso V, da Instrução CVM 391; (iii) os encargos debitados do Fundo, especificados seus valores; e (iv) a relação das instituições encarregadas da prestação de serviços de custódia de títulos e valores mobiliários componentes da Carteira; e
- III. anualmente, no prazo de 90 dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações: (i) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente; (ii) o valor patrimonial da Cota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e (iii) os encargos debitados do Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

Adicionalmente, o Gestor deverá fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% das Cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, elaborados pelo Gestor, que fundamentem as decisões tomadas em Assembléia Geral de Cotistas, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, bem como, se houver, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo Gestor, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento.

Sempre que forem requeridas informações na forma prevista no parágrafo acima, o Administrador poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembléia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às companhias nas quais o Fundo tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação.

O Administrador fornecerá aos Cotistas, obrigatória e gratuitamente, no ato de seu ingresso no Fundo, contra recibo: (i) exemplar do Regulamento e, em caso de distribuição de Cotas com elaboração de prospecto, exemplar do respectivo prospecto; (ii) breve descrição da qualificação e experiência profissional do Administrador e do Gestor na administração e gestão de carteiras; e (iii) documento de que constem claramente as despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o Cotista tenha de arcar.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Prestadores de Serviços de Administração e Gestão do Fundo

O Fundo é administrado por BEM DTVM Ltda. e gerido por Vitória Asset Management S.A.

Para maiores informações sobre o Administrador e o Gestor, veja a seção “Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo e Outros” deste Prospecto.

Mandato

O Regulamento prevê a outorga ao Administrador e ao Gestor dos poderes necessários para o exercício da administração e gestão do Fundo, respectivamente, por meio de mandato que se considerará expressamente efetivado pela assinatura do Cotista aposta no Boletim de Subscrição, no Compromisso de Investimento, conforme o caso, a ser firmado por ocasião de qualquer subscrição de Cotas.

Obrigações do Administrador e do Gestor

Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulação aplicável ao Fundo e do Regulamento, são obrigações do Administrador:

- I. manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 anos após o encerramento do Fundo:
 - a. os registros de Cotistas e de transferências de Cotas;
 - b. o livro de atas das Assembléias Gerais de Cotistas e das reuniões do Comitê de Investimentos;
 - c. o livro de presença de Cotistas;
 - d. o arquivo de pareceres dos auditores independentes;
 - e. os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo; e
 - f. a documentação relativa às operações e ao patrimônio do Fundo;
- II. receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;
- III. pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da regulação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulação aplicável ou no Regulamento;
- IV. elaborar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da regulação aplicável e do Regulamento;
- V. no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no Regulamento até seu término;
- VI. exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
- VII. transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administrador;
- VIII. manter os títulos ou valores mobiliários fungíveis integrantes da Carteira do Fundo custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- IX. elaborar e divulgar as informações previstas no Regulamento;

X. tomar as medidas necessárias, conforme previsto na Circular do Banco Central do Brasil nº 2.852, de 3 de dezembro de 1998, na Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, na Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 22, de 19 de julho de 1999, e no Ofício-Circular SPC nº 08/SPC/GAB, de 16 de julho de 2004, e respectivas alterações posteriores, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de “lavagem de dinheiro” ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e alterações posteriores;

XI. cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Cotistas e do Comitê de Investimentos; e

XII. cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes no Regulamento.

Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos itens VI e VII acima, o Administrador poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembléia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o Fundo tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação.

Para os fins do item XIV acima, o Administrador compromete-se a convocar o Comitê de Investimentos especificamente para este fim, colocando à disposição dos seus membros todos os documentos e informações necessários à apreciação das matérias submetidas à aprovação das assembléias das Companhias Investidas.

Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulação aplicável ao Fundo, do Regulamento e do contrato de gestão a ser firmado com o Administrador, nos termos do artigo 9º, § 2º, da Instrução CVM nº 391/03, são obrigações do Gestor:

- I. transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Gestor;
- II. comunicar ao Administrador qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo de que tenha conhecimento;
- III. cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Cotistas e do Comitê de Investimentos; e
- IV. cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento;
- V. elaborar parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO;
- VI. fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% das Cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, elaborados pelo Gestor, que fundamentem as decisões tomadas em Assembléia Geral, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- VII. se houver, fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% das Cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo Gestor, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- VIII. custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- IX. firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas das Companhias Investidas ou, conforme o caso, ajustes de natureza diversa que tenham por objeto assegurar ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e gestão das Companhias Investidas, mediante prévia e expressa aprovação pelo Comitê de Investimentos, e disponibilizando cópia do acordo aos membros do Comitê de Investimentos e ao Administrador, no prazo de até 5 dias úteis após a sua assinatura; e
- X. comparecer e votar em assembléias gerais e especiais de acionistas ou debenturistas das Companhias Investidas, estando o Gestor obrigado a seguir as instruções de voto transmitidas pelo Comitê de Investimentos.

O exercício das funções de Administrador e Gestor do Fundo não impedirão o Administrador e o Gestor de continuarem a exercer todas as atividades que não lhe sejam defesas pelas leis e regulamentos aplicáveis às instituições financeiras e/ou às instituições autorizadas pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, conforme o caso. No exercício dessas atividades, o Administrador e o Gestor poderão tomar posições de investimento ou recomendar aplicações que sejam diferentes daquelas recomendadas ao Fundo, inclusive em relação a sociedades e/ou fundos de investimento de qualquer forma a ele relacionados, direta ou indiretamente, que possam concorrer com as Companhias Investidas objeto de investimento do Fundo.

Vedações ao Administrador e ao Gestor

É vedado ao Administrador e ao Gestor, conforme o caso, direta ou indiretamente, em nome do Fundo:

- I. receber depósito em conta corrente;
- II. contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade regulada pela CVM;
- III. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, estando excluída desta vedação o penhor de ações de propriedade do Fundo, observado o disposto no Regulamento;
- IV. realizar qualquer investimento ou desinvestimento em desconformidade com as deliberações da Assembléia Geral de Cotistas ou do Comitê de Investimentos, ou sem a aprovação prévia e expressa deste último;
- V. negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- VI. prometer rendimento predeterminado aos Cotistas; e
- VII. aplicar recursos no exterior, na aquisição de bens imóveis, ou na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

Substituição do Administrador ou do Gestor

O Administrador ou o Gestor deverá ser substituído nas seguintes hipóteses: (i) descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteira, por decisão da CVM; (ii) renúncia; ou (iii) destituição por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará o Administrador obrigado a convocar, imediatamente, a Assembléia Geral de Cotistas para eleger seu substituto ou o substituto do Gestor, a se realizar no prazo máximo de 10 dias, sendo também facultado aos Cotistas titulares de ao menos 5% das Cotas emitidas ou à CVM, na hipótese de descredenciamento, a convocação dessa Assembléia Geral de Cotistas.

No caso de renúncia, o Administrador ou Gestor deverá permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição, devendo comunicar sua decisão aos Cotistas e à CVM, com antecedência mínima de 60 dias.

No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar administrador temporário até a eleição da nova administração.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Introdução

O Fundo terá um Comitê de Investimentos que terá como funções indicar, aprovar e acompanhar os investimentos e desinvestimentos do Fundo, a performance de sua Carteira e as atividades do Administrador e do Gestor no cumprimento de suas obrigações referentes ao Fundo.

Composição

O Comitê de Investimentos será composto por até 7 membros, dos quais 2 serão eleitos pelo Gestor e os demais serão eleitos pelos Cotistas do Fundo reunidos em Assembléia Geral de Cotistas, sendo que a cada 20% de participação corresponderá ao direito de eleger 1 membro para o Comitê de Investimentos.

Mandato

O mandato dos membros do Comitê de Investimentos é de 2 anos, permitida a reeleição. Cada Cotista ou grupo de cotistas, conforme o caso, terá o direito de substituir, a qualquer tempo, os membros que tiver indicado, independentemente da substituição de outros membros do Comitê de Investimentos, para completar o mandato do membro que ocupava o cargo.

Funções

O Comitê de Investimentos tem como funções:

- I. determinar as diretrizes de investimento e desinvestimento do Fundo;
- II. deliberar sobre os prazos, forma e condições de todo e qualquer investimento ou desinvestimento em Companhias Investidas, ou sobre alterações na composição da Carteira do Fundo, observada a política de investimento do Fundo;
- III. deliberar previamente sobre as matérias submetidas à aprovação das assembléias gerais e especiais de acionistas ou debenturistas das Companhias Investidas em que o Fundo participar como acionista ou debenturista, devendo transmitir ao Gestor as instruções de voto do Fundo em tais assembléias;
- IV. decidir sobre as questões relevantes de interesse do Fundo, inclusive aumento de participação nas Companhias Investidas, e a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do Fundo;
- V. aprovar todo e qualquer acordo de acionistas, contrato, compromisso, termo ou ajuste de natureza diversa a ser firmado pelo Fundo, que tenha por objeto assegurar-lhe efetiva influência na definição de política estratégica de gestão das Companhias Investidas;
- VI. deliberar sobre a distribuição, aos Cotistas, de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, e quaisquer outros rendimentos inerentes aos títulos e valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas;
- VII. decidir sobre chamadas de capital para o Fundo, de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento, e sobre a celebração de novos Compromissos de Investimento, observado o disposto no Regulamento;
- VIII. decidir sobre a forma de alienação dos ativos que compõem a Carteira do Fundo, por ocasião de sua liquidação, observado o Regulamento;

- IX. acompanhar as atividades do Administrador e do Gestor no cumprimento de suas obrigações referentes ao Fundo;
e
- X. aprovar previamente a contratação de outros prestadores de serviços, nos termos do Regulamento, a realização de qualquer investimento ou desinvestimento pelo Fundo e a celebração de acordos de acionistas ou dos ajustes de natureza diversa a que se refere o Regulamento.

Os membros do Comitê de Investimentos não receberão qualquer tipo de remuneração do Fundo pelo desempenho de seus serviços.

Reuniões

Periodicidade

O Comitê de Investimentos reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano em até 3 meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses do Fundo assim o exigirem.

Convocação e Instalação

As reuniões do Comitê de Investimentos serão convocadas, por escrito, pelo Gestor ou por qualquer um de seus membros, com antecedência mínima de 10 dias, podendo ser dispensada a convocação quando estiverem presentes todos os membros.

As reuniões do Comitê de Investimentos instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros e poderão ser presenciais, ou realizadas por meio de teleconferência ou de consulta formal, observado o procedimento previsto no Regulamento. As deliberações do Comitê de Investimentos serão adotadas por maioria de votos de seus membros presentes, cabendo a cada membro um voto.

Das reuniões do Comitê de Investimentos serão lavradas as respectivas atas, ainda que em forma de sumário, as quais deverão ser assinadas por todos os membros do Comitê de Investimentos presentes e entregues ao Administrador, no prazo de até 5 dias úteis após a sua realização.

Os membros do Comitê de Investimentos deverão informar ao Administrador e ao Gestor, e este deverá informar aos Cotistas, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o Fundo, sendo que a atuação como diretor, membro do conselho de administração, do conselho fiscal ou de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, nas companhias objeto de investimento pelo Fundo não importará qualquer restrição ou conflito com a atuação como membro do Comitê de Investimentos.

As decisões do Comitê de Investimentos não eximem o Administrador e o Gestor, nem as pessoas por este contratadas para prestar serviços ao Fundo, das suas responsabilidades perante a CVM, os Cotistas e terceiros, conforme disposto no Regulamento e na regulação em vigor.

ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS

Periodicidade

A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 6 meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses do Fundo o exigirem.

Convocação e Instalação

A convocação da Assembléia Geral de Cotistas far-se-á com antecedência de, no mínimo, 15 dias, mediante correspondência, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação eficaz, encaminhada a cada um dos Cotistas, sendo que as convocações deverão indicar a data, o horário, o local da reunião e a descrição das matérias a serem deliberadas.

As deliberações da Assembléia Geral de Cotistas poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal e os Cotistas poderão votar através de comunicação escrita ou eletrônica, correspondência com aviso de recebimento, telegrama com comunicação de entrega, fax ou correio eletrônico, sem necessidade de reunião, caso em que os Cotistas terão o prazo de até 3 dias úteis, contados do recebimento da consulta, para respondê-la e desde que o seu recebimento ocorra antes do encerramento da assembléia. Da consulta deverão constar todas as informações necessárias ou apropriadas para o exercício do direito de voto do Cotista.

A Assembléia Geral de Cotistas poderá ser convocada pelo Administrador ou por Cotistas titulares de, no mínimo, 5% do total das Cotas emitidas pelo Fundo.

Os Cotistas deverão manter atualizados perante o Administrador todos os seus dados cadastrais, como nome completo, endereço, número de fax e endereço eletrônico para fins de recebimento da comunicação, bem como de outras comunicações previstas no Regulamento e na regulação aplicável.

Independentemente da convocação prevista no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas, na forma prevista no Regulamento.

A Assembléia Geral de Cotistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, a maioria dos Cotistas do Fundo e, em segunda convocação, com qualquer número.

Não se instalando a Assembléia Geral de Cotistas em primeira convocação, esta deverá ser novamente convocada, com antecedência mínima de 8 dias, podendo, alternativamente, ser realizada consulta formal, observado o procedimento previsto no Regulamento.

Poderão comparecer à Assembléia Geral de Cotistas, ou votar no processo de deliberação por consulta formal, os Cotistas que, até 3 dias antes da data fixada para a realização da Assembléia Geral de Cotistas ou do envio da consulta formal, conforme o caso, estiverem inscritos na conta de depósito, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

Os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que o seu recebimento ocorra antes do encerramento da respectiva Assembléia Geral de Cotistas.

Das deliberações adotadas em Assembléia Geral de Cotistas serão lavradas as respectivas atas, ainda que em forma de sumário, as quais serão assinadas por todos os Cotistas presentes e terão a elas anexadas as manifestações de voto proferidas nos termos do parágrafo anterior, dispensadas neste caso as respectivas assinaturas, sendo a seguir registradas no livro próprio; e das deliberações adotadas por meio de consulta formal será lavrado ato do Administrador reduzindo a termo as deliberações adotadas, para os mesmos fins e efeitos de uma ata.

O Regulamento do Fundo poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral de Cotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM, em consequência

de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 dias, a necessária comunicação aos Cotistas.

Competência

Além das matérias sujeitas expressamente à deliberação da Assembléia Geral de Cotistas, nos termos do Regulamento e da regulação em vigor, é da competência privativa da Assembléia Geral de Cotistas:

- I. tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- II. alterar o objetivo, a política de investimento, a composição e diversificação da Carteira do Fundo;
- III. alterar as demais disposições do Regulamento;
- IV. deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador ou Gestor e escolha de seu(s) substituto(s);
- V. deliberar sobre a fusão, cisão, incorporação ou eventual liquidação do Fundo;
- VI. deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Cotas, observado o disposto no Regulamento;
- VII. deliberar sobre aumento da remuneração do Administrador e do Gestor, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do Fundo;
- VIII. deliberar sobre a prorrogação ou redução do Prazo de Duração;
- IX. deliberar sobre a prorrogação do Período de Investimento e do Período de Desinvestimento, bem como a redução do Período de Investimento e do Período de Desinvestimento;
- X. deliberar sobre a prorrogação dos prazos de subscrição e integralização de Cotas do Fundo;
- XI. deliberar sobre a alteração do *quorum* de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Cotistas;
- XII. deliberar sobre a eventual instalação, composição, organização e funcionamento do Comitê de Investimentos e eventuais comitês e conselhos do Fundo;
- XIII. eleger os membros do Comitê de Investimentos, observado o disposto no Regulamento;
- XIV. deliberar sobre a prorrogação do prazo para subscrição e integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo, nos termos do Regulamento;
- XV. deliberar, quando for o caso, sobre o requerimento de informações apresentado por Cotistas, observado o disposto no Regulamento;
- XVI. deliberar sobre a utilização de ativos integrantes da Carteira do Fundo na amortização de Cotas e liquidação do Fundo, bem como estabelecer critérios detalhados e específicos para a adoção desse procedimento;
- XVII. deliberar sobre a amortização parcial ou total, a qualquer tempo, de Cotas de emissão do Fundo;
- XVIII. deliberar sobre a utilização de bens e direitos na integralização de Cotas do Fundo;
- XIX. aprovar a alteração dos limites para despesas estabelecidos no Regulamento; e
- XX. deliberar sobre o penhor de ações de propriedade do Fundo.

Quorum de Deliberação

As deliberações da Assembléia Geral de Cotistas devem ser adotadas por votos que representem a maioria dos presentes, ressalvadas aquelas referidas nos itens III, VI, VII, VIII, XI e XIII acima, que somente podem ser adotadas por votos que representem a maioria, no mínimo, das Cotas emitidas, atribuindo-se, em qualquer caso, a cada Cota o direito a 1 voto.

As deliberações referentes às matérias descritas nos itens II e IV acima somente podem ser adotadas por votos que representem 75% das Cotas emitidas.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

Com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo, considerando-se os limites de diversificação e as regras de investimento constantes do Regulamento, da legislação fiscal e das normas emitidas pela CVM atualmente em vigor, os Cotistas podem estar sujeitos à tributação específica, dependendo de sua qualificação ou localização. Os potenciais investidores devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação específica a que estarão sujeitos enquanto Cotistas.

Tributação Aplicável aos Cotistas

IOF/Títulos

O resgate, a amortização, a cessão ou a repactuação das Cotas podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela progressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, e alterações posteriores, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações mencionadas com prazo igual ou superior a 30 dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas nos investimentos em Cotas efetuados por investidores residentes ou domiciliados no exterior, estão sujeitas ao IOF/Câmbio à alíquota de 0,38%. Excetuam-se dessa incidência as operações de câmbio realizadas por Cotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 2.689 (“Cotistas Qualificados”), cuja alíquota aplicável do IOF/Câmbio é de 0%. De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25%, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O imposto de renda aplicável aos Cotistas tomará por base (i) a residência dos Cotistas: (a) no Brasil, e (b) no exterior, e (ii) considerando os eventos financeiros que resultam no fato gerador do rendimento tributável: (a) a cessão ou alienação de Cotas; e (b) a amortização de Cotas.

Cotistas Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Cotas serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15%.

Os ganhos auferidos pelos Cotistas serão apurados no momento que este ceder ou alienar suas Cotas a terceiros. Já os rendimentos auferidos por tais Cotistas serão verificados na hipótese de amortização das Cotas.

Na hipótese de amortização de Cotas, a base de cálculo do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos pelos Cotistas corresponderá à diferença positiva entre o montante recebido a título de amortização, e o custo de aquisição das Cotas objeto dessa amortização. Assim, só haverá a incidência do imposto se o valor recebido a título de amortização for superior ao custo de aquisição dessas Cotas.

Os ganhos apurados por pessoa jurídica em operações realizadas fora de bolsa serão tributados como ganho líquido. Já os ganhos verificados por pessoa física, também em operações realizadas fora de bolsa, serão tributados de acordo com as regras aplicáveis aos ganhos de capital na alienação de bens ou direitos de qualquer natureza. Em ambos os casos, a alíquota aplicável do imposto de renda na fonte é de 15%, e a base de cálculo do imposto equivale à diferença positiva entre o valor da cessão ou alienação e o custo de aquisição das Cotas objeto da cessão ou alienação.

Serão, de igual forma, tributados como ganho líquido as operações realizadas por pessoas jurídicas e físicas em operações realizadas em bolsa de valores, cuja a alíquota e base de cálculo são as mesmas informadas no parágrafo anterior.

Os dividendos distribuídos pelas Companhias Investidas e quando repassados pelo Fundo diretamente aos Cotistas estão isentos de tributação, de acordo com o §13 do artigo 8º da IN SRF 25/01. No caso de juros sobre o capital próprio repassados diretamente aos Cotistas a alíquota aplicável é de 15% ou 25% no caso em que o beneficiário esteja localizado em jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade e localidade (“Paraíso Fiscal”).

Cotistas Não Residentes no Brasil

Aos Cotistas Qualificados é aplicável tratamento tributário específico, determinado em função de residirem em Paraíso Fiscal.

- *Cotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal*

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Cotas serão tributados pelo imposto de renda à alíquota de 0%. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Cotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% ou mais da totalidade das Cotas ou quantidade de Cotas que lhe dê direito ao recebimento de rendimento superior a 40% do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter na Carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos nas Cotas serão tributados pelo imposto de renda à alíquota máxima de 25%. Para este fim, considera-se pessoa ligada ao Cotista, na hipótese de pessoa física: (i) seus parentes até o 2º grau; (ii) empresa sob seu controle ou de qualquer de seus parentes até o 2º grau; ou (iii) sócios ou dirigentes de empresa sob seu controle ou de qualquer de seus parentes até o 2º grau ou de pessoa jurídica controladora, controlada ou coligada. No caso de pessoa jurídica, considera-se pessoa ligada ao Cotista a pessoa que seja sua controladora, controlada ou coligada, conforme definido na legislação aplicável.

- *Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal*

Os Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito na seção “Cotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal” acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao imposto de renda aplicável aos Cotistas residentes no Brasil.

Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do imposto de renda.

**ANEXO I – ATO DO ADMINISTRADOR DE 12 DE JUNHO DE 2008, APROVANDO A
CONSTITUIÇÃO DO FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE COTAS**

(O restante desta página foi intencionalmente deixado em branco)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Por este instrumento particular, BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição com sede no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM n.º 3.067, de 06.09.1994 ("Administradora"),

RESOLVE:

1. Constituir o **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES VITÓRIA SHOPPINGS** ("Fundo"), em regime de condomínio fechado, nos termos da ICVM 391 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie.
2. Assumir as funções de administração do Fundo e designar, como o Diretor da Administradora responsável pela administração, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a este relativas, o Sr. **CASSIANO RICARDO SCARPELLI**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 16.290.774-6 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 082.633.238-27, residente e domiciliado no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, autorizado a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM n.º 9.290, de 30.04.2007.
3. Deliberar que a gestão do Fundo ficará a cargo da **VITÓRIA ASSET MANAGEMENT S.A.**, sociedade com sede na Rua Jerônimo da Veiga, 45, 10º andar – São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.330.895/0001-83, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM n.º 9.233, de 27 de março de 2007.
4. Aprovar o inteiro teor Regulamento do Fundo na forma do documento Anexo ao presente instrumento.
5. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo bem como os demais instrumentos e documentos exigidos pela ICVM 391 e ICVM 400 para a obtenção do Registro de Funcionamento do Fundo e da Distribuição de suas quotas.

Osasco, 12 de junho de 2008.

BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

ANEXO II - REGULAMENTO DO FUNDO

(O restante desta página foi intencionalmente deixado em branco)

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES VITÓRIA SHOPPINGS

Capítulo I. Denominação e Espécie

Artigo 1. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES VITÓRIA SHOPPINGS (“FUNDO”), comunhão de recursos constituída sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente regulamento (“Regulamento”) e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 391, de 16 de julho de 2003, e alterações posteriores (“Instrução CVM nº 391/03”).

Capítulo II. Objetivo

Artigo 2. O objetivo do FUNDO é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de companhias, abertas ou fechadas, que atuem no segmento imobiliário comercial e que tenham por objetivo principal, direta ou indiretamente, o desenvolvimento de atividades relacionadas à administração ou exploração de shopping centers, bem como à aquisição ou locação de terrenos para a construção dos respectivos shopping centers e negociação de suas unidades/lojas (“Companhias Investidas”), participando do processo decisório, com efetiva influência na definição de sua política estratégica.

Parágrafo Primeiro. As companhias fechadas objeto de investimento pelo FUNDO deverão seguir as seguintes práticas de governança corporativa:

- I. proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- II. estabelecimento de mandato unificado de 1 (um) ano para todo o conselho de administração;
- III. disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão;
- IV. adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- V. no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o FUNDO, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- VI. auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

Parágrafo Segundo. O FUNDO poderá investir em debêntures não conversíveis em ações desde que seja assegurada ao FUNDO a participação no processo decisório e a efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão da companhia emissora, devendo a respectiva escritura de debêntures conter os seguintes dispositivos:

- I. imposição de observância a padrões de boa governança corporativa à companhia emissora, tais como, exemplificativamente, os referidos no parágrafo anterior;
- II. previsão de vencimento antecipado das debêntures na hipótese de os padrões de governança corporativa referidos no inciso I acima não serem respeitados; e
- III. mecanismos que propiciem a participação do FUNDO na administração da companhia emissora, tanto em seu processo decisório como na definição de suas políticas estratégicas e de gestão.

Artigo 3. O FUNDO participará do processo de administração das Companhias Investidas (i) pela detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle; (ii) pela celebração de acordo de acionistas; ou (iii) pela celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao FUNDO efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão das Companhias Investidas, preferencialmente através da indicação de membros do conselho de administração.

Capítulo III. Público Alvo

Artigo 4. O FUNDO será destinado à aplicação exclusivamente por investidores qualificados, conforme definidos pela regulação vigente ou aqueles expressamente equiparados a tanto pela CVM.

Capítulo IV. Prazo de Duração

Artigo 5. O FUNDO terá prazo de duração de 10 (dez) anos, contado da data da integralização das cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 42 deste Regulamento (“Prazo de Duração”).

Parágrafo Único. A Assembléia Geral de Cotistas poderá:

- IV. reduzir, a qualquer tempo, o Prazo de Duração; ou
- V. prorrogar, por períodos sucessivos de 2 (dois) anos, o Prazo de Duração, sendo que, neste caso, a Assembléia Geral de Cotistas deverá se realizar com antecedência mínima de 6 meses da data do término do Prazo de Duração.

Capítulo V. Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

Artigo 6. Na realização dos investimentos e desinvestimentos do FUNDO, o ADMINISTRADOR e o GESTOR observarão as deliberações do Comitê de Investimentos, tomadas de acordo com o Capítulo XII deste Regulamento.

Parágrafo Único. O GESTOR poderá, sem necessidade de prévia aprovação do Comitê de Investimentos, realizar desinvestimentos com relação a recursos investidos em ativos líquidos, desde que para o fim exclusivo de realizar o pagamento de despesas e obrigações do FUNDO, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento da remuneração do ADMINISTRADOR e demais encargos a serem debitados diretamente do FUNDO, previstos no Capítulo XV deste Regulamento.

Artigo 7. Durante os 6 (seis) primeiros anos de sua duração, o FUNDO investirá seus recursos, observando-se a política de investimentos, composição e diversificação de investimentos aplicáveis ao FUNDO, na forma do Artigo 2 acima (“Período de Investimento”).

Parágrafo Único. Mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, o Período de Investimento poderá ser estendido por períodos sucessivos de 1 (um) ano.

Artigo 8. Nos 4 (quatro) anos seguintes ao Período de Investimento, os investimentos deverão ser liquidados de forma ordenada, e o produto resultante será utilizado para amortização das cotas do FUNDO, observado o disposto no Artigo 50 e as demais disposições aplicáveis deste Regulamento (“Período de Desinvestimento”).

Parágrafo Único. Mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, o Período de Desinvestimento poderá ser estendido por períodos sucessivos de 1 (um) ano.

Artigo 9. A carteira do FUNDO será composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de títulos e valores mobiliários de Companhias Investidas.

Parágrafo Primeiro. É permitido ao FUNDO aplicar seus excedentes de caixa em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa, sem, entretanto, descaracterizar sua natureza e política de investimento.

Parágrafo Segundo. O FUNDO poderá investir até 100% (cem por cento) de seus recursos em uma única Companhia Investida.

Parágrafo Terceiro. O FUNDO poderá deter participação de até 100% (cem por cento) do capital das Companhias Investidas.

Parágrafo Quarto. É vedada ao FUNDO a realização de operações com derivativos, exceto se exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

Artigo 10. Os cotistas do FUNDO aprovam, desde logo, a possibilidade de o FUNDO:

- I. investir em títulos ou valores mobiliários ou outros ativos de emissão de companhias nas quais participem:
 - a. o ADMINISTRADOR, o GESTOR, os membros do Comitê de Investimentos e de outros comitês ou conselhos que venham a ser criados pelo FUNDO, ou cotistas do FUNDO, ainda que titulares de cotas representativas de 5% (cinco por cento) ou mais do patrimônio líquido do FUNDO, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto; ou

- b. quaisquer das pessoas mencionadas na alínea anterior que estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de títulos ou valores mobiliários ou outros ativos a serem subscritos ou adquiridos pelo FUNDO, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos valores mobiliários a serem subscritos pelo FUNDO, antes do primeiro investimento por parte do FUNDO.
- II. realizar operações em que o FUNDO figure como contraparte das pessoas mencionadas na alínea “a” do inciso I acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo ADMINISTRADOR ou pelo GESTOR.

Parágrafo Único. Mediante a aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, é permitida a realização de operações pelo FUNDO nas quais seja possível a identificação de existência de conflitos de interesses entre o ADMINISTRADOR, o GESTOR ou os cotistas do FUNDO, e o investimento realizado.

Artigo 11. Em função das características do FUNDO, os investimentos dos cotistas estarão sujeitos aos riscos de concentração de carteira e de iliquidez, não sendo o ADMINISTRADOR ou o GESTOR responsáveis por eventual depreciação dos ativos que compõem a carteira do FUNDO.

Parágrafo Primeiro. O investimento em cotas do FUNDO envolve, inclusive, mas não limitadamente, os seguintes riscos e eventos:

- I. riscos decorrentes da concentração da carteira do FUNDO em ativos de emissão de uma mesma companhia, sendo que o FUNDO poderá adquirir valores mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do FUNDO em ativos de um único emissor e de pouca liquidez. Essa concentração poderá, eventualmente, acarretar perdas patrimoniais ao FUNDO e aos cotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do FUNDO poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única ou poucas Companhias Investidas cujos valores mobiliários venham a integrar a carteira, ou de seus setores econômicos de atuação.;
- II. riscos decorrentes da eventual falta de liquidez dos ativos componentes da carteira do FUNDO ou das próprias cotas do FUNDO, o que pode dificultar a alienação ou negociação de tais ativos ou cotas pelo preço e no momento desejados pelo GESTOR ou pelos cotistas, respectivamente; e
- III. flutuações de mercado e riscos de crédito, situações que poderão acarretar, inclusive, perda parcial ou total do capital investido no FUNDO, não existindo qualquer garantia por parte do ADMINISTRADOR ou do GESTOR de que o objetivo do FUNDO será cumprido, nem de que, cumprido o objetivo do FUNDO, as práticas adotadas pelas Companhias Investidas acarretarão na valorização dos ativos por elas emitidos.

Parágrafo Segundo. Ao ingressar no FUNDO, os cotistas deverão atestar que concordam integralmente com todos os termos e condições deste Regulamento, especialmente aqueles referentes à política de investimento do FUNDO, estando cientes de todas as características, direitos e deveres vinculados às cotas, bem como de todos os riscos decorrentes do investimento no FUNDO.

Capítulo VI. Administração

Artigo 12. O FUNDO é administrado por BEM DTVM Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 3.067, de 06 de setembro de 1994 (“ADMINISTRADOR”).

Parágrafo Único. A carteira do FUNDO será gerida por Vitória Asset Management S.A., sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 1901 e 1902 - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.330.895/0001-83, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 9.233, de 27 de março de 2007 (“GESTOR”).

Artigo 13. Os serviços de escrituração, controle de ativos e passivos, cálculo da cota, processamento e contabilidade, custódia, tesouraria e liquidação das cotas do FUNDO serão prestados pelo Banco Bradesco S.A., instituição com sede no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 (“CUSTODIANTE”), legalmente habilitada, na forma da regulamentação aplicável.

Artigo 14. O ADMINISTRADOR poderá contratar a prestação de outros serviços, inclusive no que se refere à avaliação, acompanhamento, consultoria e indicação de investimentos, atividades e desempenho financeiro das sociedades objeto de investimento pelo FUNDO, bem como assessoria na análise dos desinvestimentos, observado o disposto no Artigo 53, inciso XI, deste Regulamento.

Artigo 15. As funções de administração e a gestão da carteira do FUNDO são exercidas pelo ADMINISTRADOR e pelo GESTOR, respectivamente, por meio de mandato outorgado pelos cotistas, outorga esta que se considerará expressamente efetivada pela assinatura, por ocasião de qualquer subscrição de cotas do FUNDO, aposta pelo cotista no Boletim de Subscrição de Cotas (“Boletim de Subscrição”), no Instrumento Particular de (“Compromisso de Investimento”).

Artigo 16. O exercício das funções de ADMINISTRADOR do FUNDO não impedirá o ADMINISTRADOR de continuar a exercer todas as atividades que não lhe sejam defesas pelas leis e regulamentos aplicáveis às instituições financeiras ou às instituições autorizadas pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, conforme o caso. No exercício dessas atividades, o ADMINISTRADOR poderá tomar posições de investimento ou recomendar aplicações que sejam diferentes daquelas recomendadas ao FUNDO, inclusive em relação a sociedades ou fundos de investimento de qualquer forma a ele relacionados, direta ou indiretamente, que possam concorrer com as Companhias Investidas.

Capítulo VII. Substituição do Administrador ou Gestor

Artigo 17. O ADMINISTRADOR ou o GESTOR deverá ser substituído nas seguintes hipóteses:

- VI. descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteira, por decisão da CVM;

VII. renúncia; ou

VIII. destituição por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Parágrafo Primeiro. Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará o ADMINISTRADOR obrigado a convocar, imediatamente, a Assembléia Geral de Cotistas para eleger seu substituto ou o substituto do GESTOR, a se realizar no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo também facultado aos cotistas titulares de ao menos 5% (cinco por cento) das cotas emitidas ou à CVM, na hipótese de descredenciamento, a convocação dessa Assembléia Geral de Cotistas.

Parágrafo Segundo. No caso de renúncia, o ADMINISTRADOR ou GESTOR deverá permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição, devendo comunicar sua decisão aos cotistas e à CVM, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Terceiro. No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar administrador temporário até a eleição da nova administração.

Capítulo VIII. Obrigações do Administrador e do Gestor

Artigo 18. Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulação aplicável ao FUNDO e deste Regulamento, são obrigações do ADMINISTRADOR:

- I. manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do FUNDO:
 - a. os registros de cotistas e de transferências de cotas;
 - b. o livro de atas das Assembléias Gerais de Cotistas e das reuniões do Comitê de Investimentos;
 - c. o livro de presença de cotistas;
 - d. o arquivo de pareceres dos auditores independentes;
 - e. os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do FUNDO; e
 - f. a documentação relativa às operações e ao patrimônio do FUNDO;
- II. receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao FUNDO;
- III. pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da regulação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulação aplicável ou neste Regulamento;
- IV. elaborar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da regulação aplicável e deste Regulamento;
- V. no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I deste artigo até seu término;

- VI. exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO;
- VII. transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de ADMINISTRADOR;
- VIII. manter os títulos ou valores mobiliários fungíveis integrantes da carteira do FUNDO custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- IX. elaborar e divulgar as informações previstas nos Capítulos XVIII e XIX deste Regulamento;
- X. tomar as medidas necessárias, conforme previsto na Circular do Banco Central do Brasil nº 2.852, de 3 de dezembro de 1998, na Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, na Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 22, de 19 de julho de 1999, e no Ofício-Circular SPC nº 08/SPC/GAB, de 16 de julho de 2004, e respectivas alterações posteriores, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de “lavagem de dinheiro” ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e alterações posteriores;
- XI. cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Cotistas e do Comitê de Investimentos; e
- XII. cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro. Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos VI e VII deste artigo, o ADMINISTRADOR poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembléia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do FUNDO e dos demais cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às companhias nas quais o FUNDO tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os cotistas que requereram a informação.

Parágrafo Segundo. Para os fins do inciso XIV deste Artigo 18, o ADMINISTRADOR compromete-se a convocar o Comitê de Investimentos especificamente para este fim, colocando à disposição dos seus membros todos os documentos e informações necessários à apreciação das matérias submetidas à aprovação das assembléias das Companhias Investidas.

Artigo 19. Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulação aplicável ao FUNDO, deste Regulamento e do contrato de gestão a ser firmado com o ADMINISTRADOR, nos termos do artigo 9º, § 2º, da Instrução CVM nº 391/03, são obrigações do GESTOR:

- I. transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de GESTOR;
- II. comunicar ao ADMINISTRADOR qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO de que tenha conhecimento;
- III. cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Cotistas e do Comitê de Investimentos; e
- IV. cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento
- V. elaborar parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO;

- VI. fornecer aos cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, elaborados pelo ADMINISTRADOR ou pelo GESTOR, que fundamentem as decisões tomadas em Assembléia Geral, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- VII. se houver, fornecer aos cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo GESTOR, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- VIII. firmar, em nome do FUNDO, acordos de acionistas das Companhias Investidas ou, conforme o caso, ajustes de natureza diversa que tenham por objeto assegurar ao FUNDO efetiva influência na definição da política estratégica e gestão das Companhias Investidas, mediante prévia e expressa aprovação pelo Comitê de Investimentos, e disponibilizando cópia do acordo aos membros do Comitê de Investimentos e ao ADMINISTRADOR, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a sua assinatura;
- IX. comparecer e votar em assembléias gerais e especiais de acionistas ou debenturistas das Companhias Investidas, estando o GESTOR obrigado a seguir as instruções de voto transmitidas pelo Comitê de Investimentos; e
- X. custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do FUNDO.

Capítulo IX. Vedações ao Administrador e ao Gestor

Artigo 20. É vedado ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR, conforme o caso, direta ou indiretamente, em nome do FUNDO:

- I. receber depósito em conta corrente;
- II. contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade regulada pela CVM;
- III. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, estando excluída desta vedação o penhor de ações de propriedade do FUNDO, observado o disposto no inciso XX do Artigo 24 deste Regulamento;
- IV. realizar qualquer investimento ou desinvestimento em desconformidade com as deliberações da Assembléia Geral de Cotistas ou do Comitê de Investimentos, ou sem a aprovação prévia e expressa deste último;
- V. negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- VI. prometer rendimento predeterminado aos cotistas; e
- VII. aplicar recursos no exterior, na aquisição de bens imóveis, ou na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

Capítulo X. Remuneração do Administrador

Artigo 21. Durante o Prazo de Duração, pelos serviços prestados ao FUNDO, o ADMINISTRADOR, o GESTOR e o CUSTODIANTE receberão uma taxa de administração, conforme abaixo indicada (“Taxa de Administração”):

- IX. durante o Período de Investimento, até a data da primeira integralização de cotas efetuada após o término do Período de Distribuição, a Taxa de Administração será de 1,5% a.a. (um vírgula cinco por cento ao ano) calculada sobre o valor do Capital Comprometido, devendo ser observada a remuneração mínima mensal equivalente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), acrescida de 1% sobre o valor total de cotas efetivamente distribuídas, a ser apurado pelo ADMINISTRADOR, na data da publicação do anúncio de encerramento da oferta, acrescida de R\$ 1.000,00 (mil reais);
- X. durante o Período de Investimento, decorrido o prazo mencionado no inciso I acima, a Taxa de Administração será de 1,5% a.a. (um vírgula cinco por cento ao ano) calculada sobre o valor do Capital Comprometido, devendo ser observada a remuneração mínima mensal equivalente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), acrescida de R\$ 1.000,00 (mil reais); e
- XI. durante o Período de Desinvestimento, a Taxa de Administração será de 1,5% a.a. (um vírgula cinco por cento ao ano) calculada sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, devendo ser observada a remuneração mínima mensal equivalente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), acrescida de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Parágrafo Primeiro. A remuneração prevista no *caput* deste artigo deve ser provisionada diariamente (em base de 252 dias por ano) sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, e paga ao ADMINISTRADOR mensalmente, sendo que o primeiro débito deverá ser feito no primeiro dia útil do mês subsequente em que ocorrer a primeira integralização de cotas, e os débitos posteriores no primeiro dia útil dos meses subsequentes.

Parágrafo Segundo. O ADMINISTRADOR poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviços que tenham sido subcontratados pelo ADMINISTRADOR, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da remuneração fixada neste Regulamento, tampouco os limites descritos no Artigo 53.

Artigo 22. O GESTOR receberá, ainda, pela prestação de serviços de gestão do FUNDO, uma taxa de performance calculada sobre a rentabilidade dos investimentos realizados pelo FUNDO (deduzidas todas as despesas, inclusive a Taxa de Administração) correspondente a 20% (vinte por cento) do que exceder a taxa do IPCA acrescido de 9% a.a. (“Taxa de Performance”).

Parágrafo Primeiro. A Taxa de Performance será calculada e paga na data de cada distribuição de resultados aos cotistas do FUNDO, oriundos dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO.

Parágrafo Segundo. A Taxa de Performance também será calculada e paga todas as vezes em que houver amortização ou liquidação de cotas do FUNDO, por conta da realização dos investimentos do FUNDO.

Artigo 23. Na hipótese de o GESTOR deixar de prestar serviços ao FUNDO, por descredenciamento pela CVM ou por destituição deliberada em Assembléia Geral de Cotistas regularmente convocada e instalada, o GESTOR fará jus ao recebimento da Taxa de Performance, a ser paga *pro rata temporis*, observado o período de exercício efetivo de sua função. O pagamento da Taxa de Performance devida ao GESTOR, substituído nos termos deste artigo, será realizado em dinheiro, simultaneamente ao pagamento da Taxa de Performance ao gestor do FUNDO à época do pagamento.

Parágrafo Único. O FUNDO permitirá ao ADMINISTRADOR substituído na forma deste artigo, a verificação de seus registros e demonstrações contábeis por todo o Prazo de Duração.

Capítulo XI. Assembléia Geral de Cotistas

Artigo 24. Além das matérias sujeitas expressamente à deliberação da Assembléia Geral de Cotistas, nos termos deste Regulamento e da regulação em vigor, é da competência privativa da Assembléia Geral de Cotistas:

- I. tomar, anualmente, as contas relativas ao FUNDO e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo ADMINISTRADOR;
- II. alterar o Objetivo, a Política de Investimento ou a Composição e Diversificação da carteira do FUNDO
- III. alterar as demais disposições deste Regulamento;
- IV. deliberar sobre a destituição ou substituição do ADMINISTRADOR ou GESTOR e escolha de seu(s) substituto(s);
- V. deliberar sobre a fusão, cisão, incorporação ou eventual liquidação do FUNDO;
- VI. deliberar sobre a emissão e distribuição de novas cotas, observado o disposto no Artigo 43 deste Regulamento;
- VII. deliberar sobre aumento da remuneração do ADMINISTRADOR e do GESTOR, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do FUNDO;
- VIII. deliberar sobre a prorrogação ou redução do Prazo de Duração;
- IX. deliberar sobre a prorrogação do Período de Investimento e do Período de Desinvestimento, bem como a redução do Período de Investimento e do Período de Desinvestimento;
- X. deliberar sobre a prorrogação dos prazos de subscrição e integralização de cotas do FUNDO;
- XI. deliberar sobre a alteração do *quorum* de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Cotistas;
- XII. deliberar sobre a eventual instalação, composição, organização e funcionamento do Comitê de Investimentos e eventuais comitês e conselhos do FUNDO;

- XIII. eleger os membros do Comitê de Investimentos, observado o disposto no Artigo 32 deste Regulamento;
- XIV. deliberar sobre a prorrogação do prazo a que se refere o Artigo 42, Parágrafo Segundo, deste Regulamento;
- XV. deliberar, quando for o caso, sobre o requerimento de informações apresentado por cotistas, observado o disposto no Artigo 18, Parágrafo Primeiro, deste Regulamento;
- XVI. deliberar sobre a utilização de ativos integrantes da carteira do FUNDO na amortização de cotas e liquidação do FUNDO, bem como estabelecer critérios detalhados e específicos para a adoção desse procedimento;
- XVII. deliberar sobre a amortização parcial ou total, a qualquer tempo, de cotas de emissão do FUNDO;
- XVIII. deliberar sobre a utilização de bens e direitos na integralização de cotas do FUNDO;
- XIX. aprovar a alteração dos limites para despesas estabelecidos no Artigo 53, incisos IX e XI, deste Regulamento; e
- XX. deliberar sobre o penhor de ações de propriedade do FUNDO.

Artigo 25. As deliberações da Assembléia Geral de Cotistas devem ser adotadas por votos que representem a maioria dos presentes, ressalvadas aquelas referidas nos incisos III, VI, VII, VIII, XI e XIII do Artigo 24 deste Regulamento, que somente podem ser adotadas por votos que representem a maioria, no mínimo, das cotas emitidas, atribuindo-se, em qualquer caso, a cada cota o direito a 1 (um) voto.

Parágrafo Único. As deliberações referentes às matérias descritas nos incisos II e IV acima, somente podem ser adotadas por votos que representem 75% (setenta e cinco por cento) das cotas emitidas.

Artigo 26. A Assembléia Geral de Cotistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 6 (seis) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses do FUNDO o exigirem.

Parágrafo Único. As deliberações da Assembléia Geral de Cotistas poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal e os cotistas poderão votar através de comunicação escrita ou eletrônica, correspondência com aviso de recebimento, telegrama com comunicação de entrega, fax ou correio eletrônico, sem necessidade de reunião, caso em que os cotistas terão o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da consulta, para respondê-la e desde que o seu recebimento ocorra antes do encerramento da assembléia. Da consulta deverão constar todas as informações necessárias ou apropriadas para o exercício do direito de voto do cotista.

Artigo 27. A convocação da Assembléia Geral de Cotistas far-se-á com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias, mediante correspondência, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação eficaz, encaminhada a cada um dos cotistas, sendo que as convocações deverão indicar a data, o horário, o local da reunião e a descrição das matérias a serem deliberadas.

Parágrafo Primeiro. A Assembléia Geral de Cotistas poderá ser convocada pelo ADMINISTRADOR ou por cotistas titulares de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas pelo FUNDO.

Parágrafo Segundo. Os cotistas deverão manter atualizados perante o ADMINISTRADOR todos os seus dados cadastrais, como nome completo, endereço, número de fax e endereço eletrônico para fins de recebimento da comunicação mencionada no *caput* deste artigo, bem como de outras comunicações previstas neste Regulamento e na regulação aplicável.

Parágrafo Terceiro. Independentemente da convocação prevista neste artigo, será considerada regular a Assembléia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os cotistas, na forma prevista neste Regulamento.

Artigo 28. A Assembléia Geral de Cotistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, a maioria dos cotistas do FUNDO e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Único. Não se instalando a Assembléia Geral de Cotistas em primeira convocação, esta deverá ser novamente convocada, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, podendo, alternativamente, ser realizada consulta formal, observado o procedimento previsto no Artigo 26, Parágrafos Primeiro e Segundo, deste Regulamento.

Artigo 29. Poderão comparecer à Assembléia Geral de Cotistas, ou votar no processo de deliberação por consulta formal, os cotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para a realização da Assembléia Geral de Cotistas ou do envio da consulta formal, conforme o caso, estiverem inscritos na conta de depósito, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

Parágrafo Primeiro. Os cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que o seu recebimento ocorra antes do encerramento da respectiva Assembléia Geral de Cotistas.

Parágrafo Segundo. Das deliberações adotadas em Assembléia Geral de Cotistas serão lavradas as respectivas atas, ainda que em forma de sumário, as quais serão assinadas por todos os cotistas presentes e terão a elas anexadas as manifestações de voto proferidas nos termos do parágrafo anterior, dispensadas neste caso as respectivas assinaturas, sendo a seguir registradas no livro próprio; e das deliberações adotadas por meio de consulta formal será lavrado ato do ADMINISTRADOR reduzindo a termo as deliberações adotadas, para os mesmos fins e efeitos de uma ata.

Artigo 30. O Regulamento do FUNDO poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral de Cotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

Capítulo XII. Comitê de Investimentos

Artigo 31. O FUNDO terá um Comitê de Investimentos, o qual indicará, aprovará e acompanhará os investimentos e desinvestimentos do FUNDO, a performance de sua carteira de aplicações e as atividades do ADMINISTRADOR e do GESTOR no cumprimento de suas obrigações referentes ao FUNDO (“Comitê de Investimentos”).

Artigo 32. O Comitê de Investimentos será composto por até 7 (sete) membros, dos quais 2 (dois) serão eleitos pelo GESTOR e os demais serão eleitos pelos cotistas do FUNDO reunidos em Assembléia Geral de Cotistas, sendo que a cada 20% (vinte por cento) de participação corresponderá ao direito de eleger 1 (um) membro para o Comitê de Investimentos.

Parágrafo Primeiro. O mandato dos membros do Comitê de Investimentos será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo. Cada cotista ou grupo de cotistas, conforme o caso, terá o direito de substituir, a qualquer tempo, os membros que tiver indicado, independentemente da substituição de outros membros do Comitê de Investimentos, para completar o mandato do membro que ocupava o cargo.

Artigo 33. O Comitê de Investimentos terá como funções:

- I. determinar as diretrizes de investimento e desinvestimento do FUNDO;
- II. deliberar sobre os prazos, forma e condições de todo e qualquer investimento ou desinvestimento em Companhias Investidas, ou sobre alterações na composição da carteira do FUNDO, observada a política de investimento do FUNDO;
- III. deliberar previamente sobre as matérias submetidas à aprovação das assembléias gerais e especiais de acionistas ou debenturistas das Companhias Investidas em que o FUNDO participar como acionista ou debenturista, devendo transmitir ao GESTOR as instruções de voto do FUNDO em tais assembléias;
- IV. decidir sobre as questões relevantes de interesse do FUNDO, inclusive aumento de participação nas Companhias Investidas, e a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do FUNDO;
- V. aprovar todo e qualquer acordo de acionistas, contrato, compromisso, termo ou ajuste de natureza diversa a ser firmado pelo FUNDO, que tenha por objeto assegurar-lhe efetiva influência na definição de política estratégica de gestão das Companhias Investidas;
- VI. deliberar sobre a distribuição, aos cotistas, de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, e quaisquer outros rendimentos inerentes aos títulos e valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas;
- VII. decidir sobre chamadas de capital para o FUNDO, de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento, e sobre a celebração de novos Compromissos de Investimento, observado o disposto no Artigo 45 deste Regulamento;

- VIII. decidir sobre a forma de alienação dos ativos que compõem a carteira do FUNDO, por ocasião de sua liquidação, observado o Parágrafo Primeiro do Artigo 63 deste Regulamento;
- IX. acompanhar as atividades do ADMINISTRADOR e do GESTOR no cumprimento de suas obrigações referentes ao FUNDO; e
- X. aprovar previamente a contratação de outros prestadores de serviços, nos termos do Artigo 14 deste Regulamento, a realização de qualquer investimento ou desinvestimento pelo FUNDO e a celebração de acordos de acionistas ou dos ajustes de natureza diversa a que se refere o Artigo 18, inciso XIII, deste Regulamento.

Parágrafo Único. Os membros do Comitê de Investimentos não receberão qualquer tipo de remuneração do FUNDO pelo desempenho de seus serviços.

Artigo 34. O Comitê de Investimentos reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, em até 3 meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses do FUNDO assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro. As reuniões do Comitê de Investimentos serão convocadas, por escrito, pelo GESTOR ou por qualquer um de seus membros, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, podendo ser dispensada a convocação quando estiverem presentes todos os membros.

Parágrafo Segundo. As reuniões do Comitê de Investimentos instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Terceiro. As reuniões do Comitê de Investimentos poderão ser presenciais, ou realizadas por meio de teleconferência ou de consulta formal, observado o procedimento previsto nos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 26 deste Regulamento.

Parágrafo Quarto. As deliberações do Comitê de Investimentos serão adotadas por maioria de votos de seus membros presentes, cabendo a cada membro um voto.

Parágrafo Quinto. Das reuniões do Comitê de Investimentos serão lavradas as respectivas atas, ainda que em forma de sumário, as quais deverão ser assinadas por todos os membros do Comitê de Investimentos presentes e entregues ao ADMINISTRADOR, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a sua realização.

Artigo 35. Os membros do Comitê de Investimentos deverão informar ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR, e este deverá informar aos cotistas, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o FUNDO, sendo que a atuação como diretor, membro do conselho de administração, do conselho fiscal ou de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, nas companhias objeto de investimento pelo FUNDO não importará qualquer restrição ou conflito com a atuação como membro do Comitê de Investimentos.

Artigo 36. As decisões do Comitê de Investimentos não eximem o ADMINISTRADOR e o GESTOR, nem as pessoas por este contratadas para prestar serviços ao FUNDO, das suas responsabilidades perante a CVM, os cotistas e terceiros, conforme disposto no Capítulo VIII deste Regulamento e na regulação em vigor.

Capítulo XIII. Cotas, Negociação e Transferência

Artigo 37. As cotas do FUNDO corresponderão a frações ideais de seu patrimônio líquido, calculado nos termos deste Regulamento e dividido pelo número total de cotas emitidas, terão a forma nominativa e serão escriturais.

Parágrafo Primeiro. A propriedade das cotas escriturais presumir-se-á por extrato de conta de depósito, aberta em nome de cada cotista.

Parágrafo Segundo. Haverá apenas 1 classe de cotas, atribuindo iguais direitos aos seus titulares.

Artigo 38. As cotas do FUNDO que tiverem sido objeto de distribuição pública poderão ser registradas para negociação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado.

Artigo 39. As cotas do FUNDO poderão ser transferidas, observadas as condições descritas neste Regulamento e na regulação aplicável, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário e registrado em cartório de títulos e documentos, ou em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, quando houver sido objeto de distribuição pública. As cotas do FUNDO somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, solidariamente com o cedente, todas as obrigações deste perante o FUNDO no tocante à sua integralização.

Parágrafo Primeiro. No caso de transferência de cotas, o adquirente deverá notificar o ADMINISTRADOR sobre a aquisição. O ADMINISTRADOR, por sua vez, deverá informar o adquirente sobre qualquer garantia real já outorgada envolvendo os ativos do FUNDO. Isto feito, deverá o adquirente, anteriormente à aquisição das cotas, prestar declaração expressa de ciência das garantias outorgadas pelo FUNDO, bem como se comprometer a observar totalmente os termos da regulamentação vigente.

Parágrafo Segundo. Fica limitado o número mínimo de cotas a serem adquiridas ou negociadas a 1 cota, de modo que cada cotista adquira ou negocie ao menos 1 cota, sendo vedada a aquisição ou negociação exclusiva de partes fracionárias.

Artigo 40. Os cotistas deverão manter em boa guarda e ordem, por todo o Prazo de Duração, os documentos que formalizarem as cessões ou transferências de cotas do FUNDO, sempre com a indicação da quantidade e do valor das cotas adquiridas.

Parágrafo Único. Os documentos mencionados no *caput* deste artigo deverão ser apresentados ao ADMINISTRADOR por ocasião da liquidação do FUNDO ou da amortização das cotas, sendo que no caso de não apresentação dos documentos, o ADMINISTRADOR reterá e recolherá os tributos previstos na legislação aplicável, sobre o valor total do resgate (na liquidação do FUNDO) ou da amortização.

Artigo 41. Não haverá resgate de cotas, a não ser por ocasião do término do Prazo de Duração ou de sua liquidação, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas no Capítulo XV deste Regulamento.

Capítulo XIV. Emissão e Distribuição das Cotas

Artigo 42. Serão emitidas e distribuídas, inicialmente, entre 3.000 (três mil) e 8.000 (oito mil)cotas, a serem subscritas pelo preço de emissão de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), totalizando, caso seja distribuída a quantidade máxima de cotas, o valor de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais).

Parágrafo Primeiro. O patrimônio inicial mínimo para funcionamento do FUNDO é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) (“Patrimônio Inicial Mínimo”).

Parágrafo Segundo. O prazo para a subscrição e integralização das cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da respectiva data de publicação do anúncio de início da distribuição, prorrogável por 180 (cento e oitenta) dias mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas ou, se não houver Cotistas, mediante deliberação do Administrador (“Período de Distribuição”).

Parágrafo Terceiro. Findo o Período de Distribuição, caso não sejam subscritas e integralizadas as cotas necessárias para a constituição do Patrimônio Inicial Mínimo, os valores obtidos serão rateados entre os subscritores nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do FUNDO e deduzidos de seus custos, despesas e tributos.

Parágrafo Quarto. A subscrição e integralização das demais cotas do FUNDO poderá ocorrer durante todo o Período de Investimento, mediante a chamada do ADMINISTRADOR, de acordo com as condições estabelecidas no Boletim de Subscrição e, conforme o caso, no Compromisso de Investimento.

Parágrafo Quinto. O prazo para a realização de chamadas de capital será o Período de Investimento, após o qual a obrigação do cotista estará automaticamente extinta, e as cotas não subscritas e integralizadas serão canceladas.

Artigo 43. Novas distribuições de cotas do FUNDO dependerão de prévia deliberação da Assembléia Geral de Cotistas e registro - ou dispensa, conforme o caso - da oferta de distribuição na CVM.

Parágrafo Primeiro. O valor da cota nas distribuições subseqüentes será o valor apurado no dia útil imediatamente anterior à data da respectiva emissão, resultado da divisão do patrimônio líquido do FUNDO pelo número de cotas emitidas.

Parágrafo Segundo. As ofertas de distribuição de cotas do FUNDO poderão ser efetuadas com ou sem a elaboração de prospecto.

Artigo 44. O valor mínimo para subscrição por cotista é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo que não haverá limite máximo por cotista para a subscrição de cotas do FUNDO, observado o disposto no Artigo 42.

Artigo 45. Por ocasião de qualquer subscrição, o cotista deverá assinar o Boletim de Subscrição e, conforme o caso, o Compromisso de Investimento, que conterà todas as disposições referentes ao valor comprometido de cada cotista em relação ao FUNDO (“Capital Comprometido”) e à sua forma de integralização, além de menção expressa de que, no decorrer da vigência do FUNDO, haverá chamadas de capital às quais o investidor estará obrigado, de acordo com regras constantes dos referidos instrumentos e sob as penas neles expressamente previstas, constituindo sua expressa ciência e concordância com todos os termos e condições do presente Regulamento.

Parágrafo Primeiro. A integralização de cotas pelos cotistas, até o valor do Capital Comprometido, deverá ocorrer mediante chamada do ADMINISTRADOR, que se dará por meio do envio, com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, de correspondência com aviso de recebimento, telegrama com comunicação de entrega, fax ou correio eletrônico dirigido para os cotistas, conforme as informações constantes no Boletim de Subscrição e, conforme o caso, no Compromisso de Investimento.

Parágrafo Segundo. Os cotistas do FUNDO não poderão ser chamados pelo ADMINISTRADOR para celebrar novos Compromissos de Investimento, salvo se aprovado por 75% (setenta e cinco por cento) da Assembléia Geral de Cotistas, convocada especialmente para este fim, a qual deverá estabelecer o procedimento detalhado para a realização de novos investimentos pelos cotistas, com base nas justificativas apresentadas pelo ADMINISTRADOR.

Artigo 46. As importâncias recebidas pelo FUNDO a título de integralização das cotas subscritas deverão ser depositadas em conta corrente em nome do FUNDO, sendo obrigatória a sua aplicação na aquisição de títulos ou valores mobiliários ou outros ativos, de acordo com a política de investimento do FUNDO, no prazo máximo de 6 (seis) meses. Durante esse período, tais recursos deverão ser aplicados em títulos públicos ou em Certificados de Depósito Bancário emitidos por banco comercial, múltiplo ou de investimento. Mediante aprovação do Comitê de Investimentos, os recursos poderão ser aplicados, ainda, em títulos privados, inclusive cotas de fundos de investimento com características de renda fixa.

Parágrafo Único. Na hipótese de os valores integralizados não serem utilizados para fins de aquisição de títulos ou valores mobiliários de Companhias Investidas, de acordo com a política de investimento do FUNDO, no prazo previsto no *caput* deste artigo, poderá o ADMINISTRADOR, mediante aprovação do Comitê de Investimentos, determinar a prorrogação do prazo original por períodos sucessivos de 6 (seis) meses ou, alternativamente, deduzir as exigibilidades do FUNDO, tais como custos de administração e demais encargos necessários para o funcionamento do FUNDO, obrigações e outros valores eventualmente registrados no seu passivo, e restituir o montante remanescente aos cotistas a título de amortização das cotas do FUNDO em até 5 (cinco) dias após o término do referido prazo.

Artigo 47. A integralização das cotas do FUNDO poderá ser realizada por meio de transferência eletrônica disponível (TED) ou documento de ordem de crédito (DOC), mediante depósito em conta corrente em nome do FUNDO, bem como mediante liquidação na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

Parágrafo Primeiro. Admite-se, ainda, a critério do ADMINISTRADOR, a integralização de cotas por meio da utilização de bens e direitos, inclusive títulos ou valores mobiliários, avaliados por seu valor econômico, a preço de mercado, por seu custo de aquisição ou por seu valor patrimonial, conforme o caso, observados os procedimentos previstos na regulação.

Parágrafo Segundo. As aplicações no FUNDO poderão ser feitas em bens e direitos desde que o ADMINISTRADOR entenda que a sua realização se dá no interesse do FUNDO, ocorrendo sempre de forma proporcional ao valor dos ativos da carteira, exceto se expressamente autorizada, por maioria absoluta em Assembléia Geral de Cotistas, a aplicação desproporcional.

Parágrafo Terceiro. Cada Boletim de Subscrição será devidamente autenticado pelo ADMINISTRADOR e corresponderá ao comprovante de pagamento pelo cotista da respectiva integralização de cotas do FUNDO.

Artigo 48. O cotista que não fizer o pagamento nas condições previstas neste Regulamento, no Compromisso de Investimento ou no respectivo Boletim de Subscrição, ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito, atualizado pelo IPCA, *pro rata temporis*, e de uma multa mensal de 1% (um por cento) sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do FUNDO.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de o cotista não realizar o pagamento nas condições previstas neste Regulamento, no Compromisso de Investimento ou no respectivo Boletim de Subscrição, os demais cotistas não responderão por tal inadimplemento.

Parágrafo Segundo. As cotas não integralizadas no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data indicada pelo ADMINISTRADOR para sua subscrição e integralização, em cada chamada de capital, observados os termos e condições previstos neste Regulamento, no Compromisso de Investimento ou no respectivo Boletim de Subscrição, serão automaticamente canceladas.

Artigo 49. Não será cobrada qualquer taxa de ingresso ou de saída dos cotistas do FUNDO.

Capítulo XV. Amortização das Cotas e Pagamento de Rendimentos aos Cotistas

Artigo 50. O produto da liquidação dos investimentos do FUNDO durante o Período de Desinvestimento, deduzidos os compromissos presentes e futuros do FUNDO, deverá ser distribuído aos cotistas a título de amortização das cotas nos termos do disposto no Artigo 52 abaixo. A amortização abrangerá todas as cotas do FUNDO mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de cotas existentes.

Parágrafo Único. Se, excepcionalmente, a liquidação do investimento ocorrer durante o Período de Investimento, o ADMINISTRADOR, mediante a aprovação do Comitê de Investimentos, poderá optar pela amortização de cotas no valor total dos recursos obtidos ou reter parte ou a totalidade dos recursos para o seu reinvestimento.

Artigo 51. Dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outros rendimentos inerentes títulos ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas detidos pelo FUNDO, que venham a ser distribuídos pelas Companhias Investidas (“Rendimentos”), serão, mediante a aprovação prévia do Comitê de Investimentos, distribuídos aos cotistas, na forma do Parágrafo Único deste Artigo, observando-se que caso os Rendimentos sejam distribuídos durante o Período de Investimento, tais recursos poderão ser reinvestidos, a critério do Comitê de Investimentos.

Parágrafo Único. Os Rendimentos que venham a ser distribuídos pelas Companhias Investidas durante Período de Desinvestimento serão, no mesmo dia, distribuídos aos cotistas, na proporção das cotas por eles detidas, deduzidos os compromissos presentes e futuros do FUNDO, sendo que os tributos incidentes serão de responsabilidade dos cotistas na condição de contribuintes, conforme definido na legislação tributária em vigor.

Artigo 52. O ADMINISTRADOR deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a efetiva entrada de recursos no FUNDO, provenientes da liquidação de qualquer investimento nos termos do Artigo 50 acima, realizar as amortizações de cotas de que tratam o presente capítulo, por meio de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente, ou, no caso de reinvestimento, informar aos cotistas, através de correspondência com aviso de recebimento, telegrama com comunicação de entrega, fax ou correio eletrônico, a destinação dos recursos.

Parágrafo Primeiro. As amortizações de cotas e os pagamentos de rendimentos aos cotistas serão feitos por meio de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente.

Parágrafo Segundo. Mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, será possível a utilização de bens e direitos, inclusive valores mobiliários, na amortização de cotas, bem como na liquidação do FUNDO, sendo nestes casos, avaliados com base nos critérios estabelecidos no Artigo 55.

Capítulo XVI. Encargos do Fundo

Artigo 53. Constituem encargos do FUNDO, além da Taxa de Administração e da Taxa de Performance previstas no Capítulo IX deste Regulamento, as seguintes despesas que lhe poderão ser debitadas pelo ADMINISTRADOR:

- I. emolumentos e comissões pagos por operação de compra e venda de títulos ou valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;
- II. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- III. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas na regulação aplicável;
- IV. despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;
- V. honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do FUNDO;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao FUNDO, se for o caso;
- VII. parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente de culpa ou negligência do ADMINISTRADOR no exercício de suas funções;
- VIII. prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do FUNDO entre bancos;

- IX. quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO e à realização de Assembléias Gerais de Cotistas, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas; e
- X. despesas com a contratação de prestadores de serviços habilitados para assessorar o ADMINISTRADOR e o GESTOR na administração e gestão do FUNDO, especialmente na avaliação, consultoria e indicação de investimentos, acompanhamento das atividades e do desempenho financeiro das Companhias Investidas e na análise dos desinvestimentos, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Parágrafo Único. Quaisquer despesas não previstas neste Regulamento como encargos do FUNDO correrão por conta do ADMINISTRADOR, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Cotistas.

Capítulo XVII. Patrimônio Líquido

Artigo 54. O patrimônio líquido do FUNDO é constituído pelo resultado da soma do saldo de caixa e do valor dos bens e direitos integrantes da carteira do FUNDO subtraído das exigibilidades, tais como custos de administração e demais encargos necessários para o funcionamento do FUNDO, obrigações e outros valores eventualmente registrados no passivo do FUNDO.

Artigo 55. A avaliação do valor da carteira do FUNDO será feita utilizando-se para cada título ou valor mobiliário integrante da carteira os critérios estabelecidos abaixo:

- I. ações sem cotação de mercado: serão avaliadas pelo valor patrimonial contábil das Companhias Investidas;
- II. ações com cotações de mercado: serão avaliadas pela última cotação de fechamento, sendo que, na hipótese de ações com pouca liquidez, será facultada a avaliação pela média ponderada das últimas 15 (quinze) cotações de fechamento;
- III. debêntures: serão avaliadas pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão;
- IV. cotas de fundos de investimento em renda fixa ou cotas de fundos de investimento com características de renda fixa: terão seu valor determinado pelo administrador daquele fundo, nos termos da regulação em vigor; e
- V. demais ativos, bem como operações de derivativos, que vierem a compor a carteira não referidos nos incisos anteriores: serão precificados em conformidade com a regulação aplicável ou as melhores práticas.

Parágrafo Primeiro. O ADMINISTRADOR assume a responsabilidade perante a CVM e os cotistas pelos critérios, valores e premissas utilizados na avaliação econômica adotada pelo FUNDO e garante, ainda, que uma vez adotado o referido critério de avaliação, este será regularmente utilizado ao longo dos exercícios contábeis subseqüentes.

Parágrafo Segundo. Somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da carteira do FUNDO.

Capítulo XVIII. Exercício Social e Demonstrações Contábeis

Artigo 56. O exercício social terá a duração de 1 ano e terminará no dia 28 de fevereiro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na regulação vigente.

Artigo 57. O FUNDO terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do FUNDO ser segregadas das do ADMINISTRADOR e das do GESTOR.

Artigo 58. As demonstrações financeiras do FUNDO, inclusive os critérios de provisionamento e baixa de investimentos, estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, devendo observar a metodologia para determinação do valor de contabilização dos ativos do FUNDO prevista no Artigo 55 deste Regulamento.

Parágrafo Único. O FUNDO levantará balanços semestrais, em 31 de agosto de cada ano, e anuais, em 28 de fevereiro de cada ano.

Capítulo XIX. Informações ao Cotista e à CVM

Artigo 59. O ADMINISTRADOR remeterá aos cotistas e à CVM:

- I. trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil, as seguintes informações:
 - a. valor do patrimônio líquido do FUNDO, nos termos do Capítulo XVII deste Regulamento; e
 - b. número de cotas emitidas.
- II. semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período, as seguintes informações:
 - a. a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos ou valores mobiliários que a integram;
 - b. demonstrações contábeis do FUNDO acompanhadas da declaração a que se refere o artigo 14, inciso V, da Instrução CVM nº 391/03;
 - c. os encargos debitados ao FUNDO, em conformidade com o disposto no Artigo 53 deste Regulamento, devendo ser especificado o seu valor; e
 - d. a relação das instituições encarregadas da prestação de serviços de custódia dos títulos ou valores mobiliários componentes da carteira do FUNDO.

- III. anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
- a. as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
 - b. o valor patrimonial da cota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
 - c. os encargos debitados ao FUNDO, em conformidade com o disposto no Artigo 53 deste Regulamento, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do FUNDO.

Parágrafo Único. As informações acima poderão ser remetidas por meio eletrônico pelo ADMINISTRADOR aos cotistas, desde que estes sejam devidamente comunicados.

Artigo 60. O ADMINISTRADOR fornecerá aos cotistas, obrigatória e gratuitamente, no ato de seu ingresso no FUNDO, contra recibo:

- I. exemplar deste Regulamento e do prospecto do FUNDO, se for o caso;
- II. breve descrição de sua qualificação e experiência profissional na gestão ou administração de carteira; e
- III. documento de que constem claramente as despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o cotista tenha de arcar.

Artigo 61. O ADMINISTRADOR deverá divulgar a todos os cotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao FUNDO, salvo com relação a informações sigilosas referentes às Companhias Investidas, obtidas pelo ADMINISTRADOR ou pelo GESTOR sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da respectiva companhia.

Parágrafo Único. O ADMINISTRADOR deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao FUNDO divulgadas para cotistas ou terceiros.

Capítulo XX. Liquidação

Artigo 62. O FUNDO entrará em liquidação ao final do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, ou por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Artigo 63. Por ocasião da liquidação do FUNDO, o ADMINISTRADOR promoverá a alienação dos ativos integrantes da carteira do FUNDO e o produto resultante será entregue aos cotistas como forma de pagamento pelo resgate de suas cotas.

Parágrafo Primeiro. A alienação dos ativos que compõem a carteira do FUNDO, por ocasião da liquidação do FUNDO, poderá ser feita através de uma das formas a seguir, a critério do Comitê de Investimentos:

- I. alienação por meio de operações privadas; ou

- II. alienação em bolsa de valores ou mercado de balcão, no Brasil, com ou sem esforços de colocação no exterior.

Parágrafo Segundo. O ADMINISTRADOR deverá convocar Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre a destinação de ativos de baixa liquidez, caso encontre dificuldade na alienação desses ativos a preço justo, cuja alienação não estará limitada às formas previstas no parágrafo anterior.

Artigo 64. Mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, o ADMINISTRADOR poderá promover a divisão do patrimônio do FUNDO entre os cotistas.

Parágrafo Primeiro. Caberá à respectiva Assembléia Geral de Cotistas estabelecer os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de resgate de cotas mediante a utilização dos ativos integrantes da carteira do FUNDO será observado o disposto na Instrução CVM nº 394, de 22 de julho de 2003.

Artigo 65. A liquidação do FUNDO e a divisão de seu patrimônio entre os cotistas deverão ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, ou da data da realização da Assembléia Geral de Cotistas que deliberar sobre a liquidação do FUNDO, conforme o caso.

Parágrafo Único. Após a divisão do patrimônio do FUNDO entre os cotistas, o ADMINISTRADOR deverá praticar todos os atos necessários ao encerramento do FUNDO perante quaisquer autoridades.

Capítulo XXI. Foro

Artigo 66. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para quaisquer ações ou processos judiciais relativos ao FUNDO ou a questões decorrentes deste Regulamento.

ANEXO III - MODELO DO COMPROMISSO DE INVESTIMENTO

(O restante desta página foi intencionalmente deixado em branco)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE INVESTIMENTO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES VITÓRIA SHOPPINGS

Pelo presente Instrumento Particular de Compromisso de Investimento (“Compromisso de Investimento”), as partes:

[•] (o “Investidor”); e

BEM DTVM Ltda., instituição financeira, com sede Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00, na qualidade de administrador (“Administrador”) do Fundo de Investimento em Participações Vitória Shoppings, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.643.383/0001-90 (“Fundo”),

sendo o Investidor e o Administrador isoladamente denominados “Parte” e, coletivamente, “Partes”, e considerando:

- (i) que o Fundo é uma comunhão de recursos constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 391, de 16 de julho de 2003, e posteriores alterações, regido por regulamento registrado no 2º Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, sob o nº 220.517 e posteriores alterações (“Regulamento”);
- (ii) que o Fundo obteve autorização da Comissão de Valores Mobiliários para a distribuição pública de até 8.000 cotas, com valor nominal unitário de emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais), correspondentes ao valor total de até R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), em [•] de [•] de 2008; e
- (iii) que o Investidor atende aos requisitos estabelecidos no Regulamento para a participação no Fundo e pretende subscrever cotas a serem emitidas pelo Fundo, cuja integralização deverá ocorrer nos termos do Regulamento e deste Compromisso de Investimento.

Têm entre si justo e acordado firmar este Compromisso de Investimento, que deverá fixar as regras que devem prevalecer nas relações a serem mantidas entre as Partes, o que fazem de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. Disposições Iniciais

- 1.1. Este Compromisso de Investimento é documento acessório ao Regulamento, na forma em que estiver em vigor e conforme as alterações que forem efetuadas de tempos em tempos.
- 1.2. Ao firmar o presente Compromisso de Investimento o Investidor reconhece, declara e afirma ter lido, entendido e concordado integralmente com todos os termos e condições do Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, estando ciente de todas as características, direitos e deveres vinculados às cotas a serem subscritas nos termos deste Compromisso de Investimento, bem como de todos os riscos decorrentes desta modalidade de investimento e de que o término do prazo de subscrição inicialmente previsto para o dia 27 de fevereiro de 2009 foi alterado para o dia 27 de agosto de 2009, conforme autorização da CVM.

- 1.3. Os termos utilizados em maiúscula neste Compromisso de Investimento e não definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos no Regulamento.

2. Subscrição e Integralização de Cotas

- 2.1. O Investidor se compromete a subscrever e integralizar cotas do Fundo, no valor total de [•] ([•]) (“Patrimônio Máximo Comprometido”), sendo certo que o valor de cada cota na emissão será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- 2.2. As cotas serão subscritas mediante a assinatura, pelo Investidor, de Boletim de Subscrição, na medida em que o Administrador realizar as chamadas de capital.
- 2.3. O Investidor deverá cumprir tempestivamente as chamadas do Administrador para aportes de recursos mediante a integralização das cotas subscritas.
- 2.3.1. Caso não ocorram chamadas para integralização da totalidade de cotas subscritas que representem o Patrimônio Máximo Comprometido até o final do Período de Investimento, tais cotas serão automaticamente canceladas.
- 2.3.2. As chamadas de capital serão realizadas pelo Administrador e poderão ocorrer durante todo o Período de Investimento, mediante o envio, pelo Administrador ao Investidor, de correspondência com aviso de recebimento, telegrama com comunicação de entrega, fax ou correio eletrônico, com informações sobre: (i) o valor a ser integralizado, observado o Patrimônio Máximo Comprometido; (ii) a data limite para integralização das cotas; e (iii) informações sobre a conta bancária ou outro meio disponível em que os recursos referentes à integralização deverão ser depositados (“Notificação de Integralização”).
- 2.3.3. As chamadas de capital serão realizadas pelo valor total a ser integralizado, sendo que o valor da cota será apurado no dia útil imediatamente anterior à respectiva integralização, resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas já emitidas, observado o Patrimônio Máximo Comprometido.
- 2.4. O prazo para a integralização das cotas estabelecido em cada Notificação de Integralização será de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da referida Notificação de Integralização pelo Investidor. O pagamento poderá ser realizado por meio de transferência eletrônica disponível (TED) ou documento de ordem de crédito (DOC), mediante depósito em conta corrente em nome do Fundo, bem como mediante liquidação na Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP.
- 2.5. O Administrador entregará ao Investidor os recibos de integralização de cotas devidamente autenticados, tão logo tenha verificado o pagamento dos valores constantes de cada Notificação de Integralização.

3. Declarações do Investidor

- 3.1. O Investidor declara ter amplo conhecimento de todas as normas que regerão a atuação do Fundo, tendo-lhe sido fornecida cópia integral do respectivo Regulamento e do Prospecto de Distribuição Pública das Cotas da Primeira Emissão do Fundo de Investimento em Participações Vitória Shoppings (“Prospecto”), assim como todas as informações necessárias à decisão de efetivar o Compromisso de Investimento ora formalizado.
- 3.2. O Investidor declara ter ampla ciência de que poderá vir a responder de forma ilimitada pelos passivos do Fundo, caso o patrimônio líquido do Fundo venha a ficar negativo, podendo ser chamado a realizar aportes adicionais de recursos, respondendo de forma ilimitada pelos passivos do Fundo, na proporção de suas cotas, de forma que o Fundo possa fazer face a seus compromissos perante terceiros.
- 3.3. O Investidor manifesta expressa ciência que a assinatura do presente Compromisso de Investimento constitui sua expressa adesão e concordância com todas as cláusulas do Regulamento e caracteriza a sua obrigação de realizar os aportes de capital na forma prevista neste Compromisso de Investimento, a cujo cumprimento estará obrigado a partir da presente data.

4. Penalidades

- 4.1. Qualquer atraso do Investidor em realizar a integralização de cotas na forma prevista em cada Notificação de Integralização resultará na cobrança de multa não compensatória, devida à vista ao Fundo, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do montante que não tenha sido integralizado, sem prejuízo das obrigações de indenizar previstas no item 8.1 deste Compromisso de Investimento.
- 4.2. Os valores devidos por conta de atrasos do Investidor em cumprir com suas obrigações de pagamento estabelecidas neste Compromisso de Investimento estarão também sujeitos à incidência de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor devido em atraso, calculado *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento seria devido até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo dos honorários advocatícios que venham a ser arbitrados em sentença judicial, na eventualidade de instauração de procedimento judicial.

5. Tutela Específica

- 5.1. O Investidor e o Fundo reconhecem, desde já, que este Compromisso de Investimento constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.
- 5.2. A obrigação do Investidor de efetuar o pagamento devido será exigível no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da notificação que constituir o Investidor em mora, que deverá ser enviada pelo Administrador após decorrido o prazo de que trata o item 2.4 deste Compromisso de Investimento, ficando facultado ao Administrador a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o §5º do artigo 461, do Código de Processo Civil.

- 5.3. Caso o Investidor descumpra a obrigação de efetuar o pagamento devido e, notificado para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo no prazo estabelecido na referida notificação, o Administrador, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da faculdade de resilir este Compromisso de Investimento, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com o artigo 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida.
- 5.4. Para os fins deste Capítulo, as Partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada no item 5.3 acima, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir a medida judicial em que constará o pedido de tutela específica da obrigação.
- 5.5. Para todos os fins e efeitos de direito, tendo em vista a natureza única e exclusivamente patrimonial das obrigações assumidas perante terceiros pelo Fundo, o Investidor reconhece, desde já, a relevância de qualquer pedido judicial de tutela antecipada feito com base nas disposições deste Capítulo, assim como a caracterização do dano iminente para o Fundo na hipótese de descumprimento das obrigações do Investidor decorrentes deste Compromisso de Investimento.

6. Prazo de Vigência

- 6.1. O presente Compromisso de Investimento começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor durante o prazo de duração do Fundo, restando válidas as obrigações aqui previstas até o seu integral cumprimento.

7. Comunicações

- 7.1. Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos deste Compromisso de Investimento deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

I. Para o Investidor:

[•]

Endereço: [•]

CEP: [•]

At.: [•]

Telefone: [•]

Fax: [•]

e-mail: [•]

II. Para o Administrador/Fundo:

BEM DTVM Ltda.

Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar

Osasco – SP

CEP – 06.029-900

At.: Gleyson dos Santos

Tel.: (11) 3684-3727
Fax: (11) 3684-2714
E-mail: 4010.gleyson@bradesco.com.br

8. Indenização

- 8.1. O Investidor responsabiliza-se por todo e qualquer dano devidamente comprovado que venha a causar ao Fundo em função da prática de ato em desacordo com o disposto neste Compromisso de Investimento. O Investidor concorda em isentar de responsabilidade o Fundo e o Administrador, além de seus diretores e empregados, e indenizá-los por quaisquer perdas, danos, obrigações e despesas incorridas, comprovadamente resultantes, direta ou indiretamente, do inadimplemento das obrigações do Investidor contempladas no presente Compromisso de Investimento.
- 8.2. Cada uma das Partes compromete-se a indenizar a outra Parte pelas perdas e danos, devidamente comprovados, que tenham causado, em razão do descumprimento deste Compromisso de Investimento, inclusive aqueles relativos a quaisquer custos ou despesas para a defesa de seus direitos e interesses.

Capítulo IX. Declarações do Investidor

9.1 O Investidor declara, neste ato, que:

- a) recebeu, leu e compreendeu o inteiro teor do Prospecto e do Regulamento do Fundo, concordando integralmente com os seus termos, cláusulas e condições, manifestando a adesão irrevogável e irretratável a eles e se responsabilizando pelo total pagamento das cotas até o montante estabelecido no Boletim de Subscrição e neste Compromisso de Investimento;
- b) é investidor qualificado nos termos da regulação em vigor e se compromete a informar o Administrador do Fundo caso venha a deixar de atender a esta condição;
- c) tem ciência de que, caso o patrimônio líquido do Fundo venha a ficar negativo, poderá ser chamado a realizar aportes adicionais de recursos, respondendo de forma ilimitada pelos passivos do Fundo, na proporção das cotas adquiridas, de forma que o Fundo possa fazer face a seus compromissos perante terceiros;
- d) teve amplo acesso às informações necessárias e suficientes para a tomada de decisão de investimento, inclusive quanto aos riscos envolvidos e à política de investimento do Fundo;
- e) não há, até o momento, qualquer garantia real já outorgada envolvendo os ativos do Fundo;
- f) os recursos que serão utilizados na integralização das cotas do Fundo não são oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro;

- g) tem conhecimento e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar os riscos e o conteúdo da oferta e de que todos os ativos componentes da carteira do Fundo poderão, num primeiro momento, ter liquidez significativamente baixa em comparação a outras modalidades de investimentos em fundos de investimento; e
- h) tem ciência de que a carteira do Fundo poderá estar concentrada em valores mobiliários de emissão de única companhia, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados à performance da referida companhia.

Capítulo X. Disposições Gerais

- 10.1 As partes celebram este Compromisso de Investimento em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, tempestivo e integral cumprimento por si e por seus sucessores a qualquer título.
- 10.2 Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Compromisso de Investimento será válido se feito por instrumento escrito, assinado pelas Partes, condicionada ainda à aprovação prévia da assembléia geral de cotistas do Fundo, nas hipóteses em que a alteração diferir de qualquer das disposições do Regulamento.
- 10.3 O eventual não exercício de direitos ou opções previstos neste Compromisso de Investimento não implicará novação ou renúncia, e não excluirá o exercício, a qualquer tempo, de tais direitos e opções.
- 10.4 Na hipótese de qualquer disposição deste Compromisso de Investimento vir a ser considerada inválida, as demais disposições contratuais continuarão a vincular as Partes, devendo estas, de boa-fé, acordar na substituição das disposições invalidadas de forma a atingir, na medida do possível, os objetivos visados nestas últimas.

Capítulo XI. Da Lei e do Foro

- 11.1 O presente Compromisso de Investimento é regido pela lei brasileira. Para qualquer ação dele derivada ou com ele relacionada, as Partes elegem o foro central da cidade de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

Página de assinatura do Compromisso de Investimento celebrado entre o Investidor e o Administrador do Fundo de Investimento em Participações Vitória Shoppings.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as Partes o presente instrumento em três vias de igual teor e efeito, perante duas testemunhas.

São Paulo, [•] de [•] de 2008.

[Investidor]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

BEM DTVM Ltda.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

R.G.:

Nome:

R.G.:

ANEXO IV - MODELO DO BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

(O restante desta página foi intencionalmente deixado em branco)

**BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES VITÓRIA SHOPPINGS
CNPJ/MF: 09.643.383/0001-90
ADMINISTRADO PELA
BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ/MF: 00.066.670/0001-00**

1. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

EMIÇÃO DE ☐ () QUOTAS NOMINATIVAS, SENDO OFERECIDAS PELO VALOR UNITÁRIO DE EMISSÃO DE R\$ ☐ () CADA UMA, A SER INTEGRALIZADA CONFORME PREVISTO NESTE BOLETIM, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, TOTALIZANDO A EMISSÃO DE R\$ ☐ ().

2. QUALIFICAÇÃO DO SUBSCRITOR

NOME/RAZÃO SOCIAL:		CPF/CNPJ:	
END:			
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL 1:		CPF:	
No. DOC. IDENTIDADE:	ÓRGÃO EMISSOR:		
E-MAIL:	TELEFONE / FAX: /		
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL 2:		CPF:	
No. DOC. IDENTIDADE:	ÓRGÃO EMISSOR:		
E-MAIL:	TELEFONE / FAX: /		

3. QUOTAS SUBSCRITAS

QUANTIDADE SUBSCRITA:	DATA DA INTEGRALIZAÇÃO:	VALOR UNITÁRIO (R\$):	VALOR TOTAL (R\$):

4. INSTRUÇÕES PARA INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

AS QUOTAS REFERENTES A ESTA EMISSÃO DEVERÃO SER INTEGRALIZADAS NA FORMA DO QUADRO III ACIMA, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, NA CONTA CORRENTE DO FUNDO N.º ☐ , MANTIDA NA AGÊNCIA 2856 DO BANCO BRADESCO S.A. OU MEDIANTE LIQUIDAÇÃO NA CETIP.

5. DECLARAÇÃO

O SUBSCRITOR DECLARA NESTE ATO, PARA OS DEVIDOS FINS DE DIREITO, QUE:

ESTÁ DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES EXPRESSAS NO PRESENTE BOLETIM, COMPROMETENDO-SE A INTEGRALIZAR A SUBSCRIÇÃO NA DATA ACIMA PREVISTA.

É UM INVESTIDOR QUALIFICADO, CONFORME CONCEITUADO NA LEGISLAÇÃO EMANADA DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, E ESTÁ DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES EXPRESSAS NO PRESENTE BOLETIM, SENDO REPRESENTADO NESTE ATO POR PESSOA(S) COM PODERES VÁLIDOS PARA EFICAZMENTE VINCULÁ-LO POR TODAS AS OBRIGAÇÕES ORA ASSUMIDAS, NA FORMA DE SEUS ATOS CONSTITUTIVOS, EM SENDO PESSOA JURÍDICA;

TEM CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA EM FINANÇAS E NEGÓCIOS SUFICIENTES PARA AVALIAR OS RISCOS E O CONTEÚDO DA OFERTA E QUE SÃO CAPAZES DE ASSUMIR TAIS RISCOS;

TEM AMPLO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES QUE JULGARAM NECESSÁRIAS E SUFICIENTES PARA A DECISÃO DE INVESTIMENTO, INCLUSIVE;

SUA ASSINATURA NESTE BOLETIM IMPORTA EM ADESÃO INTEGRAL AOS TERMOS DO REGULAMENTO DO FUNDO, A CUJO CUMPRIMENTO ESTÁ OBRIGADO;

RECEBEU GRATUITAMENTE DA ADMINISTRADORA UM EXEMPLAR DO REGULAMENTO E DO PROSPECTO DO FUNDO, TENDO TOMADO ESPECIAL CONHECIMENTO DA **POLÍTICA DE INVESTIMENTO** DOS RECURSOS INTEGRANTES DA CARTEIRA DO FUNDO, DOS **FATORES DE RISCO**, DO HISTÓRICO DA ADMINISTRADORA, DA GESTORA E DE TODAS AS DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS AO FUNDO;

TEM CONHECIMENTO DAS CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS ORA SUBSCRITAS, QUE SE OBRIGA A INTEGRALIZÁ-LAS NA FORMA MENCIONADA NESTE BOLETIM, E QUE TEM CONHECIMENTO DAS CONSEQUÊNCIAS DECORRENTES DA EVENTUAL MORA OU DO INADIMPLENTO, INCLUSIVE DOS DISPOSITIVOS DOS ARTIGOS 106 E 107 DA LEI Nº 6.404, DE 15/12/76;

NÃO APRESENTA NENHUMA DÚVIDA QUANTO AO FUNCIONAMENTO DO FUNDO E QUE QUALQUER ESCLARECIMENTO QUE EVENTUALMENTE DESEJE PODERÁ SER OBTIDO JUNTAMENTE À ADMINISTRADORA.

ASSINATURA DO SUBSCRITOR

LOCAL / DATA:

REPRESENTANTE LEGAL 1

REPRESENTANTE LEGAL 2

6. CONFIRMAÇÃO

CONFIRMAMOS A SUBSCRIÇÃO EFETIVADA NOS TERMOS DESCRITOS ACIMA.	
ASSINATURA DO ADMINISTRADOR	LOCAL / DATA:
REPRESENTANTE LEGAL 1	REPRESENTANTE LEGAL 2
TESTEMUNHAS:	
1.	2.
NOME:	NOME:
CPF/MF N.º:	CPF/MF N.º:

ANEXO V – DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(O restante desta página foi intencionalmente deixado em branco)

DECLARAÇÃO

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição com sede no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM n.º 3067, de 06.09.1994, na qualidade de Administradora e emissora de cotas do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES VITÓRIA SHOPPINGS** ("Fundo") vem, nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29.12.2003, declarar que (i) o prospecto foi elaborado em conformidade com as normas vigentes; (ii) o prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta, das cotas, do Fundo e riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (iii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

Osasco, 4 de setembro 2008.

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

José Luiz Acar Pedro

